



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE JORNALISMO**

**REBECA SOUSA RIBEIRO**

**HUMANIZAÇÃO E CONTEXTO NA MÍDIA INDEPENDENTE:  
ANÁLISE DA SÉRIE DE REPORTAGENS “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS”**

**IMPERATRIZ-MA  
2022**

REBECA SOUSA RIBEIRO

HUMANIZAÇÃO E CONTEXTO NA MÍDIA INDEPENDENTE:  
ANÁLISE DA SÉRIE DE REPORTAGENS “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Maranhão como requisito básico para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Zarate Maciel

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas

Ribeiro, Rebeca Sousa.

Humanização e contexto na mídia independente : análise da série de reportagens "Um vírus e duas guerras" / Rebeca Sousa Ribeiro. - 2022.

60 f.

Orientador(a): Alexandre Zarate Maciel.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

1. Femicídio. 2. Humanização. 3. Jornalismo colaborativo. 4. Jornalismo independente. 5. Violência de gênero. I. Maciel, Alexandre Zarate. II. Título.

**REBECA SOUSA RIBEIRO**

**HUMANIZAÇÃO E CONTEXTO NA MÍDIA INDEPENDENTE:  
ANÁLISE DA SÉRIE DE REPORTAGENS “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Maranhão como requisito básico para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social / Jornalismo, pela universidade Federal do Maranhão.

Orientador/a: Prof. Dr. Alexandre Zarate Maciel

Aprovado em: 14/12/2022

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Alexandre Zarate Maciel (Orientador/a)

---

Profa. Dra. Marcelli Alves Salvaterra (Examinador)

---

Me. Janaina Lopes de Amorim (Examinador)

Para minha família e amigos, aqueles que sempre acreditaram que eu chegaria até aqui.

## AGRADECIMENTOS

São anos idealizando esse dia desde fevereiro de 2017, quando descobri que entraria na universidade. Chegar até aqui é motivo de alegria e de uma gratidão que não cabe no peito.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido chegar aqui hoje, depois de tantos deslizes e dois anos de pandemia.

Gratidão eterna à minha família, meu pai, minha mãe, meu irmão e minha cunhada, porque mesmo depois de anos de atraso para concluir essa fase, vocês nunca descreditaram da minha capacidade, e nem por um dia deixaram de dar o incentivo e apoio necessários. Sem esse suporte eu não teria conseguido me manter em pé nessa luta, nem por um centésimo de segundo.

Pai e mãe, saibam que, mesmo quando pequena, eu via todo o esforço conjunto que vocês faziam para me oferecer a educação que vocês não puderam ter. E é com orgulho que eu posso dizer que, hoje, todos aqueles anos finalmente valeram a pena. É por vocês!

Gabriela, Brunna, Ellen e Gustavo, obrigada por terem me encontrado no meio de tanta gente. Obrigada pelas gargalhadas nos corredores da UFMA, pelos puxões de orelha, por terem feito dos trabalhos mais difíceis, as memórias mais divertidas. Obrigada por me explicarem os conteúdos que eu não sabia, por terem dividido uma “coquinha gelada” nos intervalos, ou apenas por terem estado em silêncio perto de mim. Vocês foram incríveis durante esses anos da minha vida, são pessoas que eu quero ter por perto para sempre.

Obrigada turma do 2017.1, pelas festinhas com bolo e guaraná, pelas piadinhas internas, pelos debates e discussões em sala e pelas vezes que precisamos nos unir por causas maiores. Vocês foram ótimos colegas e amigos.

Gratidão pelos meus professores, pela dedicação, pelos aprendizados e por me ensinarem tanto desse universo que é a comunicação e o jornalismo. Em especial ao professor Alexandre por ter aceitado me orientar, pelas dicas preciosas e por ter sido paciente. Você nos ensinou muito sobre ver as situações com um olhar mais humanizado – uma lição para a profissão e para a vida.

Obrigada UFMA, por ser uma casinha para mim, você tem meu coração.

Com toda certeza, eu tenho inúmeras razões para agradecer e nesse momento acredito que nem todas as palavras do mundo conseguem descrever perfeitamente esse sentimento. Desejo sucesso e felicidade para todos que caminharam comigo até aqui. Gratidão por acreditarem em mim.

*“Mas o repórter deve estar sempre livre de  
qualquer preconceito, qualquer ideia pré-fixada  
pela pauta ou por ele mesmo”*

*(Ricardo Kotscho)*

## RESUMO

Com a pandemia da Covid-19, o número de feminicídios no Brasil aumentou em 1,9%, ainda no primeiro semestre de 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) publicado naquele ano. Em 2022, o aumento foi de 3,2% no primeiro semestre do ano, comparado ao mesmo período de 2021. Para a imprensa é importante estar atento a esses índices, tendo total responsabilidade sobre o modo como aborda a violência de gênero, assim como outros temas. A partir desses dados, o objetivo deste trabalho é compreender mais sobre o jornalismo colaborativo independente no Nordeste, analisando a série de reportagens “Um vírus e duas Guerras”, que retrata o aumento da violência contra a mulher e o feminicídio. A série foi produzida por sete veículos independentes do país e para o estudo foram selecionadas as sete reportagens elaboradas sobre a região Nordeste. Buscou-se perceber características como contextualização, humanização, pluralidade das fontes, crítica do tradicional e nova abordagem e a utilização de recursos visuais. Os estudos de Ijuim (2012 e 2017), Moraes (2019), Canavilhas e Baccin (2015), Gascón (2010) e Medeiros (2020) auxiliaram na construção das características citadas. A principal constatação foi a de que essas matérias, de modo geral, carregam a preocupação não apenas de trazer números e a humanização de relatos, mas atentam para a existência de um problema que mata mulheres diariamente no Brasil.

Palavras-chave: Jornalismo independente; Jornalismo colaborativo; Humanização; Violência de gênero; Feminicídio.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 JORNALISMO INDEPENDENTE .....</b>	<b>12</b>
1.1 INTERNET E JORNALISMO INDEPENDENTE.....	14
1.2 COLABORAÇÃO ENTRE VEÍCULOS .....	22
<b>CAPÍTULO 2 - REPORTAGEM É DIFERENTE DE NOTÍCIA.....</b>	<b>26</b>
2.1 ELEMENTOS DA REPORTAGEM.....	27
<b>2.1.1 Objetividade, subjetividade e contextualização.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.2 Humanização e equilíbrio das fontes .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.3 Recursos visuais.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 3 - POR DENTRO DA SÉRIE DE REPORTAGENS “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS”: DA METODOLOGIA À ANÁLISE .....</b>	<b>33</b>
3.1 – “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS NO NORDESTE”: UM QUANTITATIVO GERAL .....	36
3.2 - REPORTAGEM 1: “AS VIDAS ALÉM DOS NÚMEROS DE FEMINICÍDIOS NO NORDESTE”.....	38
3.3 - REPORTAGEM 2: “ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO: AS DORES DOS FILHOS DAS VÍTIMAS” .....	40
3.4 - REPORTAGEM 3: “EMPREGADAS DOMÉSTICAS PODEM RECORRER À LEI MARIA DA PENHA POR VIOLÊNCIA DE GÊNERO” .....	42
3.5 - REPORTAGEM 4: NOVAS VÍTIMAS, VELHOS PROBLEMAS: ATÉ QUANDO AS MULHERES VÃO MORRER APENAS POR SUA CONDIÇÃO DE GÊNERO? .....	44
3.6 - REPORTAGEM 5: “MULHERES TRANS MORREM DE FORMA MAIS VIOLENTA E NORDESTE LIDERA CASOS”.....	46
3.7 - REPORTAGEM 6: “FEMINICÍDIOS SÃO NOTICIADOS SEM O TERMO “CRIME PASSIONAL” MAS COM AS MESMAS JUSTIFICATIVAS” .....	48
3.8 - REPORTAGEM 7: “AUMENTO DA COVID-19, FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL E MAIS ARMAS: RECEITA EXPLOSIVA PARA 2021” .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERENCIAIS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Com o agravamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo, foi necessário utilizar medidas de contenção do vírus, entre elas o isolamento social. Este foi um dos motivos que levaram ao aumento dos casos de feminicídio e de acionamentos da Polícia Militar em situações de violência doméstica no primeiro semestre de 2020 no país, visto que as mulheres precisaram conviver ainda mais com seus agressores. Desde então, além da guerra contra o vírus também foi necessário enfrentar batalhas antigas, entre elas a da violência de gênero.

Com o isolamento, muitas mulheres tiveram que ficar trancadas e sob vigilância de seus agressores. Os números levantados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) mostram que os casos de feminicídios aumentaram em 1,9% no primeiro semestre de 2020, assim como os acionamentos à Polícia Militar em situações de violência doméstica tiveram alta de 3,8%. Entretanto, no ano de 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) demonstrou que os registros de lesão corporal em decorrência de violência doméstica diminuíram em 7,4%, passando de uma taxa de 229,7 crimes por grupo de 100 mil mulheres para outra, de 212,7 por 100 mil. É válido lembrar, que o impacto gerado pela pandemia seguem sendo um fator que gera uma grande subnotificação dos casos.

Em dados mais recentes, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de feminicídios teve aumento de 3,2% no primeiro semestre de 2022, comparando com o mesmo período de 2021. Observando os índices dos quatro últimos anos é possível ver uma progressão dessas mortes pela condição de gênero: se em 2019 foram 631 feminicídios, em 2020 o número foi elevado para 664. Enquanto em 2021, 677 mulheres morreram por esse crime, 699 foram vítimas em 2022, levando em conta apenas o primeiro semestre de cada ano.

Este tema torna-se importante para o campo do jornalismo, visto que diante do poder da mídia, é necessário debater e reforçar a responsabilidade que a imprensa tem ao tratar da violência de gênero, bem como trazer uma análise do trabalho do jornalismo independente no Nordeste do país. O tema é relevante para os profissionais, tendo em vista o fato de possibilitar reflexões e ou mudanças nas práticas. A mídia também é responsável pela forma como agenda e apresenta esse assunto na sociedade, podendo ser uma propagadora de preconceitos ou tolerância. Como ressalta Thurler (2017, p. 4), “é permanecer em estágio de consciência ingênua insistir com o entendimento de que os discursos (re)apresentados pela mídia se impõem pela racionalidade, coerência, legitimidade”.

Por este motivo, foram escolhidas como material de análise para esta monografia, a partir de um recorte, as matérias da região Nordeste do especial “Um vírus, duas guerras”.

<sup>1</sup>Trata-se de uma produção coletiva de sete veículos de mídia independente (*AzMina, Amazônia Real, #Colabora, Eco Nordeste, Marco Zero Conteúdo, Ponte Jornalismo e Portal Catarinas*). Ao todo, foram mais de 40 reportagens produzidas em três quadrimestres: março e abril de 2020 (publicadas em junho do mesmo ano); maio a agosto de 2020 (divulgadas em outubro de 2020) e setembro a dezembro de 2020 (postadas em março de 2021), sendo que, em termos metodológicos, optou-se por focar nas sete reportagens da região Nordeste na última leva de matérias.

Assim, o objetivo foi o de compreender mais sobre o jornalismo colaborativo independente no Nordeste e alguns elementos utilizados nas reportagens da série a partir de três pontos específicos: 1) Verificar como se constrói a humanização do tema e pluralidade por meio do uso de fontes e personagens utilizados; 2) Entender como é feita a contextualização da série de reportagens e 3) Perceber como os recursos visuais são apresentados para que haja melhor absorção do assunto.

A intenção foi a de focar no olhar regional, tendo por princípio um entendimento de como se dá o trabalho de colaboração jornalística no universo da mídia independente nordestina. Percebeu-se ainda, que o olhar humano, os elementos didáticos e a pluralidade de fontes também se mostram essenciais para o entendimento e aproximação do leitor com o tema.

Como método foi utilizada a análise de conteúdo qualitativa, inspirada em Bardin (2011), buscando o entendimento de significados que muitas vezes passam despercebidos. Assim, a análise foi categorizada em: a) Contextualização; b) Humanização e pluralidade das fontes; c) Crítica do tradicional e nova abordagem; d) Utilização de recursos visuais.

No primeiro capítulo, intitulado *Jornalismo Independente*, fazemos um breve apanhado do jornalismo na internet, seguindo para a conceituação de Jornalismo Independente, simulando um debate com autores como Oliveira e Ferreira (2016) e Filho e Bastos (2021). Ainda nesse capítulo, foi necessário buscar um entendimento sobre associação ou colaboração no jornalismo e, neste sentido, utilizamos Amaral (2021) e Stonbely (2017).

O capítulo seguinte, *Reportagem é diferente de notícia*, traz uma luz sobre a definição de reportagem, com Lage (2001 e 2006) e Sodré e Ferrari (1986) diferenciando-a da notícia. Nos aprofundamos também sobre conceitos do jornalismo: humanização, com Medina (2008)

---

<sup>1</sup> As reportagens se encontram no site: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>

e Ijuim (2012 e 2017); objetividade, subjetividade e contexto, com Moraes (2019) e Canavilhas e Baccin (2015); e Jornalismo Visual, com Gascon (2010) e Medeiros (2020). Por fim, conclui-se com a análise das reportagens.

Esta pesquisa preocupou-se em entender, além do papel do jornalismo colaborativo no entendimento de problemáticas sérias e complexas, como a violência contra a mulher, quais elementos tornam a série em análise, “Um vírus e duas guerras”, mais humanizada, plural, contextualizada e de fácil compreensão para o leitor?

## 1 JORNALISMO INDEPENDENTE

Durante a sua trajetória, o jornalismo passou por algumas alterações marcantes em seus processos, como a prensa de Gutemberg, no século XV, a Revolução Industrial (século XVIII), ou a informatização (século XX), que transformaram as suas rotinas produtivas e dinamizaram a distribuição do seu conteúdo. Com o surgimento gradativo de novos meios de comunicação, como o rádio (anos 1920), a televisão (anos 1950) e a popularização da internet (anos 1990), as maneiras de se desenvolver e consumir jornalismo se modificaram e se adaptaram cada vez mais aos avanços tecnológicos.

A mudança mais significativa nas rotinas da profissão ocorreu com o avanço da internet, que aglutina e dinamiza todos os modelos de jornalismo em sua lógica, como textos, áudio, vídeo e fotografia. É o que Jenkins (2009) chama de convergência das mídias, um fenômeno que transforma a indústria midiática e a forma de consumir esse conteúdo.

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. (JENKINS, 2009, p. 43)

Porém, as transformações ocorreram não somente nos modos de distribuição do jornalismo, mas também na rotina de trabalho do jornalista em seus veículos de atuação. Antes havia dificuldade de comunicação com fontes, de locomoção, entre outros aspectos e também se escreviam matérias para serem lidas no dia posterior (no caso do jornalismo impresso). Captava-se imagens para a televisão com câmeras grandes, ou adaptava-se matérias para o rádio. Agora todas as informações podem estar ao alcance das mãos, em uma simples tela de celular. Embora o poder econômico para se ter um plano melhor ou inferior de internet ainda gere disparidades sociais nesse sentido.

No final dos anos 1990, a internet passou a ser comercializada no Brasil. Desde então, começou a migração dos veículos de mídia impressa e eletrônica para o digital, visando aproveitar essa nova tecnologia. Um dos exemplos pioneiros é do Grupo Folha, criador do *Universo Online* (UOL), em 1996. Segundo o texto de apresentação no próprio site, o portal iniciou publicando a edição diária do jornal *Folha de São Paulo*, reportagens do *The New York Times* traduzidas para o português, *Folha da Tarde* e *Notícias Populares*, classificados, roteiros, e edições da revista *IstoÉ*. Costa (2021, p. 156) informa que, “nascido portal e provedor da internet, o UOL é hoje o maior portal de conteúdo do Brasil e, ao mesmo tempo, uma empresa prestadora de enorme variedade de serviços adicionados”.

Com o passar dos anos, a internet teve o seu acesso facilitado, os computadores e *laptops* ficaram mais baratos e aumentou a oferta de operadoras de internet via telefone, rádio, e atualmente, fibra óptica. Esses avanços permitiram que não só os grandes veículos migrassem para a internet, como também se abrir espaço para a criação de novas expressões, com fontes financeiras diferenciadas e mais independentes, como a *Agência Pública*.

Atualmente, o jornalismo praticado na internet no Brasil aponta para três veículos nascidos digitais como os mais lidos do país, sendo eles os portais da *Globo.com*, o *R7* e o *Jornal Metrôpoles*. Esses números são da Comscore,<sup>2</sup> agência de informações sobre tráfego de dados, e segundo eles, os sites já citados têm ultrapassado outros “gigantes” brasileiros mais tradicionais, como por exemplo, *Folha de S.Paulo* e *Veja*.

Além da rapidez na entrega de conteúdo e da possibilidade de usar vários tipos de mídia na mesma matéria, a internet potencializou um outro aspecto muito importante para os veículos de imprensa, e uma das suas principais fontes de renda, a publicidade. Com links que encaminham diretamente para o site do anunciante, propagandas obrigatórias antes de poder ver os vídeos publicados, assim como fazem outras plataformas de vídeo (YouTube por exemplo), as propagandas se tornaram ainda mais interativas e rentáveis para os veículos.

É importante citar também que existem diferentes modelos de assinatura. No *GI* e na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a leitura de boa parte das matérias não exige que o usuário seja assinante do jornal. Diferentemente do *Estadão*, que só deixa disponível o título, subtítulo e lead das matérias, e para conseguir ler o restante, o usuário precisa estar em dia com a sua assinatura. Apesar de ser um modelo adaptado para a internet, Costa (2021) vê essa tendência adotada pela mídia de referência como uma “fórmula gutenberguiana”, que tem como base a antiga cadeia de valor jornalística, que cobra pela distribuição do produto:

Os editores de veículos impressos teimam em continuar transpondo para os meios digitais a velha fórmula gutenberguiana fundada na antiga cadeia de valor da indústria jornalística. Primeiro, publicam em seus sites os mesmíssimos conteúdos moldados para os impressos. Segundo, recheiam essa produção com *banners* e textos de publicidade (ou o que resta dela). Terceiro, passam a cobrar – como no velho modelo – pela distribuição do produto, que era gratuita até o aparecimento da internet. A maioria das publicações acabou com a moleza de conteúdos gratuitos. Popularizou-se o dito *paywall*, aquele bloqueio do conteúdo quando se acessa alguma notícia sem ser assinante. Você consegue ver apenas o título ou uma quantidade pequena de textos por mês, caso não abra mão de uma graninha para pagar a assinatura da publicação (COSTA, 2021, p. 154)

---

<sup>2</sup> Informação retirada do jornal Metrôpoles: <https://www.metropoles.com/brasil/imprensa/metropoles-entra-para-o-top-3-dos-sites-de-noticias-mais-lidos-do-pais>

Ainda segundo Costa (2021), esse é um modelo que não funciona, pois é necessário que os meios se reinventem, olhem para o digital e observem a nova forma de consumir informações na internet se quiserem se tornar um empreendimento de sucesso.

## 1.1 INTERNET E JORNALISMO INDEPENDENTE

A facilidade de acesso à internet ao longo dos anos alterou não somente o modelo dos veículos, mas também o modo como os jornalistas trabalham. Algumas mudanças facilitaram a vida dos profissionais: ficou cada vez mais fácil contactar uma fonte e entrevistas podem ser feitas com pessoas do outro lado do mundo por meio do computador, por exemplo. Mas outras transformações foram cruciais para dinamizar as rotinas jornalísticas. Os veículos na internet são cada vez mais abrangentes e visam públicos específicos, se dividindo em múltiplas e diversificadas experiências editoriais. É justamente diante desse cenário complexo e incerto que o profissional tem tentado se adaptar às linguagens de cada público, podendo ter que escrever uma matéria sobre saúde de manhã, uma sobre cultura pop à tarde e focos mais à noite.

A internet também conquistou espaço para o jornalismo especializado, como por exemplo o jornalismo voltado para gênero. Segundo Santos e Miguel (2022) a internet possibilitou uma expansão na produção desses conteúdos de jornalismo com a perspectiva de gênero. Esse tipo de jornalismo ainda é conceituado pelas autoras "como aquele que pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero, permeado na transversalidade e com uma própria ótica de cobertura jornalística" (SANTOS; MIGUEL, 2022, p.173).

Muito disso se deve ao fato de que, como colocado por Figaro (2018), as mulheres estão bem presentes no trabalho jornalístico desenvolvido através das redes sociais, dessa maneira, como ainda afirmado por ela, "mulheres, jornalistas ou não, fundaram e produziram publicações periódicas que colaboraram para difundir o ideário feminista" (FIGARO, 2018, p.577).

Outro aspecto sobre a era do jornalismo presente na internet é que não basta mais aos jornalistas dominar apenas a escrita. Precisam se manter sempre atualizados a respeito do funcionamento de *softwares*, além de conhecer as especificidades das redes sociais. O jornalista contemporâneo lida não somente com o acúmulo de funções, mas também com a convergência e a urgência da internet, tudo em meio a uma crise na instituição que leva à queda da confiança na profissão e a demissões em massa. Um panorama feito pelo projeto Volt Data Lab mostra que 2.327 jornalistas foram demitidos das redações brasileiras entre 2012 e 2018 (último ano de atualização), sendo que só em 2015 foram quase 700 demissões. A pesquisa fez um

monitoramento de 53 veículos de mídia do país e apontou que a maioria das rescisões, exatos 45%, ocorreram nas redações de jornais impressos.

Por outro lado, o jornalista tem de se atentar aos novos modelos de negócio no campo da mídia. Já que, nos tempos atuais, o profissional não precisa mais de altos custos com impressão de jornal, concessões de televisão e rádio, a internet possibilita que o jornalista possa se desprender dos grandes veículos e seguir pelo caminho do jornalismo independente, buscando reposicionamento no mercado, valores deixados pela grande mídia e reconquistando a credibilidade (PATRÍCIO; BATISTA, 2020, p. 220).

Apesar de parecer atual, esse movimento tem história. O jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, foi fundado no Rio de Janeiro em 1901, pelo advogado Edmundo Bittencourt, em uma época em que a imprensa carioca passava por acusações de subordinação ao governo (GOSCH, 2021, p. 41). Esse veículo se intitulava independente já em sua primeira edição, em que, na primeira página, era possível ler a declaração: “O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre, que vai se consagrar com todo o ardor e independência à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, em defesa dos direitos do povo, do seu bem-estar e das suas liberdades” <sup>3</sup>(CORREIO DA MANHÃ, 15/06/1901, p. 1).

Além disso, a mídia independente se destaca em três momentos que marcam a história do país, sendo o primeiro durante o período de Ditadura Militar (1964-1985). Com o golpe à democracia em 1964, a imprensa sofreu sufocamento. “A ditadura não utilizou apenas a censura contra os meios de comunicação. Também recorreu à pressão econômica a órgãos e empresas que não aderiram ao regime” (MEMÓRIAS DA DITADURA, s.d, online). Um deles era o próprio jornal *Correio da Manhã*, que foi fechado depois de arrepender-se de apoiar o regime militar e declarar-se opositor à sua vigência.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas (FENAJ, 2015), além de vigiados, os repórteres também eram perseguidos, impedidos de exercer o seu ofício e até demitidos por suas posições políticas (NASCIMENTO, 2014). Para os profissionais do jornalismo que se opunham à ditadura, portanto, recorrer à imprensa alternativa era um modo de praticar certa liberdade jornalística (CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

Após esse período, um outro momento em que a mídia independente ganhou força foi em junho de 2013, período em que a população se manifestou e foi às ruas em protesto pelo

---

<sup>3</sup> Frase retirada da primeira edição do Correio da Manhã recuperada e digitalizada na Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_01/1](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/1)

aumento das tarifas de transporte público, reflexo de uma insatisfação geral dos brasileiros para com a classe política do país. Bentes (2018) argumenta que a mídia livre teve impacto nas chamadas jornadas daquele ano, sendo crucial na construção de uma narrativa não criminal, diferente da pautada pelos veículos de referência com relação àquele episódio.

Segundo Oliveira e Ferreira (2016, p. 3), “no Brasil as principais iniciativas de jornalismo independente e ativismo praticadas com o aporte das redes, embora não sejam tão recentes, ganharam visibilidade durante as manifestações que aconteceram em junho de 2013”. Assim, obteve notoriedade o *Coletivo Mídia Ninja* (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação), servindo de vitrine para veículos existentes e inspiração para novos coletivos independentes (BASTOS; COSTA, 2018). Por terem surgido na internet, as redes sociais tornam-se os principais meios de divulgação desses conteúdos (OLIVEIRA; FERREIRA, 2016), utilizando Facebook, Twitter, Instagram e YouTube como ferramentas de difusão.

Em termos de memórias mais recentes, pode-se lembrar o episódio conhecido como Vaza Jato, ocorrido em 2019. O jornalista e editor-chefe do veículo independente *The Intercept* Brasil, Glenn Greenwald, expôs conversas do aplicativo Telegram do então juiz Sergio Moro e de outros participantes da Operação Lava Jato, ocasião que marcou mais um embate da grande mídia e de veículos tradicionais.

Em um momento no qual a credibilidade do jornalismo é colocada em cheque, com a proliferação de *fake news* e falsa concepção de que todos podem produzi-lo, a internet se tornou uma arena para o jornalismo atual e o tradicional. Mas, ainda assim, a grande mídia (rádio, televisão e impresso) “têm um bom alcance de público. São ferramentas que, mesmo com as novas mídias, não perderam sua credibilidade, são fortes meios de propagação e ainda possuem grande credibilidade perante a população.” (ROSAS, 2014, p. 122). O que acontece é que esse jornalismo empresarial, dos meios tradicionais e grandes redes nutre um conceito de universalidade e objetividade que ainda é valorizado pelo público e por outros jornalistas (MORAES, 2021).

Para alguns desses veículos maiores, como é o caso da *Folha de S. Paulo* (2021, p. 16), parte da culpa da falta de credibilidade e dificuldade financeira que o jornalismo enfrenta atualmente tem a ver com a internet e a maneira de se fazer publicidade digital, que é muito mais atrativa nos mecanismos de busca e nas redes sociais. Além disso, segundo análise incluída em sua versão mais recente do Manual de Redação, a própria *Folha* é que pratica um jornalismo independente, enquanto aqueles veículos que se autodenominam desta forma, como o *Mídia Ninja*, na verdade estariam elaborando um “jornalismo artesanal”, outro fator para a crise:

Praticadas com espírito militante, dedicadas a determinado tema ou circunscritas a uma comunidade, mostram-se úteis para suprir lacunas da mídia, mas são limitadas em alcance e escopo pela parcialidade do ponto de vista e precariedade da base material - aspectos que também tendem a afetar um jornalismo financiado por distintas modalidades de mecenato. (FOLHA, 2021, p. 16)

Desta forma, consideramos importante também pontuar os principais significados da palavra “independente” gerados a partir do Dicionário Michaelis Online<sup>4</sup>. Segundo esta fonte, independente é aquilo 1) Que não é dependente; que goza de autonomia ou liberdade completa com relação a alguém ou algo. 2) Que não se deixa influenciar ao fazer julgamento; isento, imparcial. 3) Que se mantém livre de qualquer influência de ordem afetiva, econômica, moral etc.

Para analisar e comparar do ponto de vista do jornalismo, se faz necessário também delimitar o que se encaixa como jornalismo independente. Segundo Fígaro, Nonato e Kinoshita (2017), o modelo tem como principal característica a oposição à produção comercial hegemônica, ou seja, visa criar conteúdos e formas diferentes dos grandes conglomerados de mídia. Já na opinião de Filho e Bastos (2021, p. 181), “é possível afirmar a mídia independente como forma de comunicação alternativa, sem, no entanto, apagar sua identidade própria. Mas, além disso, conceber a definição de um conceito chave a partir de transformações no modo de produzir e disseminar conteúdos de mídia, que demarcou uma nova época de ativismo político e midiático”. Gosch (2021) reflete, ainda, que o conceito de jornalismo independente no debate sobre nativos digitais está relacionado, principalmente, à independência editorial.

Esta reflexão leva a outra característica crucial do jornalismo independente, que é não depender do financiamento de grandes empresas e empresários. Em geral, os sites recebem apoio financeiro dos próprios leitores, que se tornam apoiadores dos veículos. Desta forma, para conseguir sustento, Souza (2017) elenca algumas das principais maneiras testadas com o passar dos anos para garantir a rentabilidade no modelo de jornalismo online: a) Serviços pagos ou cobrança ao acesso completo do conteúdo; b) Publicidade na web, rentabilizada a partir de cliques no *banner* do anunciante; c) Doações ou assinatura digital e d) Serviço de *newsletter* com curadoria das melhores matérias.

Na concepção de Amaral (2021), ainda existem dois lados: o que ainda acredita na dependência do jornalismo dos métodos praticados pelas grandes empresas e outro que vê a

---

<sup>4</sup> Endereço online: <https://michaelis.uol.com.br/>

internet como uma oportunidade de independência e de aliança entre jornalistas, público e outros veículos de comunicação.

Quanto à isenção do meio independente, é preciso entrar em outra discussão com relação à imparcialidade do jornalismo. Para Moraes (2021), o jornalismo objetivo e imparcial é um mito que cresceu, espalhou-se e é apoiado pelo público. Desta maneira, acredita-se que há diferenças do jornalismo ativista para o jornalismo isento. Da mesma forma, Filho e Bastos (2021) contam que a mídia independente não se prende aos ideais de imparcialidade, tampouco anula a existência da individualidade do jornalista durante a cobertura, algo comum nos veículos hegemônicos.

Entretanto, os mitos da imparcialidade e da isenção também deveriam ser afastados da mídia tradicional. O próprio “Manual da Folha de S. Paulo”, em sua 22ª edição, publicada em 2021, declara que essa objetividade “é inalcançável”, porém continua a idealizando, como fica claro nos seguintes argumentos:

Procedimentos consagrados de apuração e redação ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível. Procurando manter-se equidistante das diferentes forças em atuação num dado cenário e disposto a ouvi-las e expressá-las, o jornalismo profissional confirma a veracidade dos fatos, aponta conexões entre eles e estabelece uma hierarquia noticiosa. (FOLHA, 2021, p. 16)

Quando se aborda tal assunto dentro do campo independente, Bastos e Costa (2018, p. 291) afirmam que esta narrativa “não tem a pretensão de ser isenta, muito pelo contrário. Tanto nas ruas, quanto em seus canais de comunicação, os veículos se apresentam como ‘meios de comunicação em favor dos interesses do povo’”. Moraes (2021) também acredita que esse jornalismo subjetivo não precisa ser revelado apenas no ambiente digital alternativo ou independente.

Ainda para Moraes (2019), a subjetividade jornalística é um ganho inclusive para notícias do dia a dia, pois foge da lógica usual do jornalismo, pautado nos 1) Valores-notícia; 2) Na verdade única; 3) Em fenômenos sociais não questionados; 4) No jornalista como “voz” e não como canal de outras vozes. Assim, o jornalismo subjetivo, como classifica a pesquisadora, se distancia da prática de exotificação de pessoas ou grupos e da busca pelo extraordinário.

Esse processo, por vezes, se transforma em uma caricaturização dos seres humanos, principalmente se levarmos em conta que estes são, em sua maioria, excluídos socialmente e estereotipados, e, para Ijuim (2017) esses enquadramentos desumanizam. Além destes, o autor

ainda cita outros dois movimentos que desvalorizam o ser humano na leitura jornalística: a) Ignorar a complexidade dos fatos e b) Não reconhecer o Outro.

Enquanto isso, Medina (2007) traz um paralelo entre arte e jornalismo, a partir do qual acredita que a instituição tem a ganhar quando se aproxima tanto da literatura quanto do universo das pessoas comuns. Ao invés de tornar-se apenas uma maneira de “retratar” a realidade, "a escritura que irradia luz nasce da visão de mundo complexa, informada e sensível à da dialogia social" (MEDINA, 2007, p. 23). Assim, essa e outras formas de arte humanizam.

Ijuim e Valentini (2021) defendem, por sua vez, que o jornalista deve tratar a todos com igualdade, pois também é responsabilizado por maneiras de discriminar:

Quando partimos de uma relação de igualdade e respeito, de direitos e deveres, entendemos estas relações como horizontais e nos tornamos responsáveis pelas formas de discriminação que podemos incorrer através delas (IJUIM; VALENTINI, 2021, p. 413)

Não é tão difícil observar exemplos do jornalismo contribuindo com a marginalização de alguns grupos e pessoas. Moraes (2019) também concorda que essa tomada de posição do jornalismo por meio de pautas, fontes e recorte, por exemplo, tem o poder de afirmar ou derrubar algumas representações.

E aqui, é válido entrar no campo do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, atualizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)<sup>5</sup> em 2007. Citando mais especificamente a conduta profissional, presente no capítulo II, podem ser lembrados três pontos, em particular do Artigo 6º, que diz que é dever do jornalista:

VIII - Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão.

XI - Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias.

XIV - Combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

---

<sup>5</sup> O Código de Ética do Jornalista Brasileiro pode ser encontrado no domínio da Fenaj, no site: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

Trazer à tona alguns dos deveres do jornalista é importante para debater os temas da humanização, subjetividade e contextualização dentro do jornalismo atual. Mas a pergunta que fica é: será que o jornalista realmente leva a campo o seu Código de Ética na hora de elaborar suas matérias? Há diferença entre as abordagens tradicional e a independente ou alternativa?

Como concepção de jornalismo alternativo, podemos utilizar a visão apresentada por Bertin e Souza (2017, p. 102), segundo a qual esses “novos grupos produtores de informação se inserem neste conceito, pois trazem como proposta uma narrativa contra hegemônica à mídia tradicional”. Como exemplos recentes, temos os *Jornalistas Livres*, *Mídia Ninja*, *Revista Fórum*, entre outros”. Um destaque também para esse tipo de prática profissional, vem da capacidade de aproximar o jornalista e o público de uma experiência mais real dos acontecimentos, como frisam os autores:

O jornalismo alternativo avança na medida em que o jornalismo convencional reduz sua capacidade de representar o interesse público. Diante das estratégias empresariais que procuram reduzir custos de produção de notícia, ganham relevância as iniciativas de jornalismo testemunhal que aproximam o jornalista dos acontecimentos e o público de uma experiência mais verídica. Essa tem sido uma marca dos sites de jornalismo alternativo do Brasil. (CARVALHO e BRONOSKY, 2017, p. 38)

Ainda é possível fomentar a discussão sobre essa diferença entre mídia tradicional e mídia alternativa, interesse público e uma experiência mais real, revelando um olhar mais voltado aos direitos humanos e às declarações das vítimas de opressões sociais. Além dos documentos e dados, “ouvir os invisíveis [...] é fundamental para qualquer tentativa de transmitir uma visão mais completa e coerente da realidade”. (AMARAL, 2021, p. 206-207)

O estudo "Narratividade e autoria na pesquisa em comunicação alternativa no Brasil" de Filho, Moliani e Fígaro (2018), analisa 22 trabalhos, entre teses e dissertações que discutem o jornalismo alternativo, percebendo que não há grandes distinções em conceito ou autores nos trabalhos em comunicação, imprensa alternativa ou jornalismo alternativo. Por fim, a mesma pesquisa revela que, no caso do Brasil, os autores que estudam essa área vinculam a comunicação alternativa como “contra hegemônica e além das mídias”.

Desta forma, percebe-se tanto as particularidades, quanto as semelhanças entre os termos. Assim, podemos partir para um outro ponto: o tamanho desse movimento no país. Atualmente, o jornalismo independente ganha cada vez mais força no Brasil. Em 2011, nasce a *Agência Pública*, autointitulada como a primeira agência de jornalismo independente e investigativo do Brasil. Entre o fim de 2015 e o início de 2016, esse veículo se concentrou em

mapear essas iniciativas no país. Os critérios considerados foram, e continuam sendo, mídias que “nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”.<sup>6</sup>

Nesse período foram descobertos 79 grupos em 12 estados e no Distrito Federal. No site<sup>7</sup>, a Pública abre espaço para sugestões de mais veículos que se encaixem nesses requisitos e que podem ser indicados pelo público, portanto esse número tende a crescer. Algo interessante a ser destacado é a colaboração entre veículos. Com a busca por pautas de interesse público, os grupos estabelecem parcerias para apurar as informações, colaborando entre si e os exemplos não são difíceis de ser encontrados. Na reportagem da “Vaza Jato”, a *The Intercept Brasil* buscou parcerias com organizações como *UOL*, *Agência Pública*, *Folha de S. Paulo* e outras para o desenvolvimento e divulgação do amplo material. Amaral (2021) acredita que esses grupos, ONGs e pessoas se juntam e se apoiam porque têm objetivos em comum:

Hoje, com o conhecimento que temos das fundações que nos apoiam e apoiaram com recursos, não tenho dúvida de que a parceria entre essas entidades e as ONGs de jornalismo se dá por uma coincidência de agendas: valorizar o jornalismo para qualificar o debate democrático, combater a desigualdade, exigir transparência de governos e corporações e, sobretudo, denunciar a violação de direitos humanos de pessoas que quase sempre não podem se defender porque não têm acesso à Justiça. Nem à imprensa. (AMARAL, 2021, p. 198)

Outro exemplo recente aconteceu em 2020. A explosão da crise da Covid-19 conjugada com a falta de atualização sobre a crescente de casos e mortes pelo vírus, fizeram com que sete veículos de mídia independente – *Amazônia Real*, *Ponte*, *Az Mina*, *Eco Nordeste*, *#Colabora*, *Marco Zero Conteúdo* e *Portal Catarinas*, trabalhassem em conjunto em busca de responder esses questionamentos na série de reportagens “Um vírus e duas Guerras”.

Para conhecer melhor esses veículos, um dos propósitos deste trabalho, é válido trazer como eles se posicionam e se autodenominam. Para isso, resgatamos as informações do já citado Mapa do Jornalismo Independente do site da Agência Pública<sup>8</sup>.

*Az Mina*, por exemplo, é apresentada como uma associação sem fins lucrativos e seu principal produto é a *Revista Azmina*, que almeja “usar cultura e informação para alimentar o debate e empoderar mulheres”. Faz parte desse projeto colaborativo também o *Portal Catarinas*, que é especializado em gênero, trazendo os direitos humanos e o feminismo para

<sup>6</sup> É o que está na página inicial do site: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#>

<sup>7</sup> O Mapa do Jornalismo Independente pode ser encontrado em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

<sup>8</sup> Todas as descrições dos veículos de mídia citados foram retiradas do site em 27 de setembro de 2022.

sua produção. O veículo é denominado “um canal de comunicação livre, que abrange o jornalismo especializado e de opinião”.

A *Ponte* segue uma proposta um pouco mais ampla, já que é intitulado como “canal de informação sobre segurança pública, justiça e direitos humanos”, que visa um jornalismo de qualidade e que ajuda na “construção de um mundo mais justo”. Enquanto o *#Colabora* é um projeto que busca um conceito mais coletivo, que vai além do individualismo e da proximidade, preferindo o “Nós, em qualquer lugar, a qualquer hora”, como ambicionam.

Já a agência *Amazônia Real* se baseia em um enfoque mais regional, propondo dar visibilidade e acesso à mídia para a população amazônica, com informações profundas e de qualidade sobre “meio ambiente, povos indígenas, povos tradicionais, conflitos agrários, direitos humanos e contas públicas”.

Tratando do regionalismo, destacam-se os veículos que estão posicionados no Nordeste do país, recorte para o presente trabalho. O *Marco Zero Conteúdo* é citado no Mapa da Pública como “coletivo de jornalismo investigativo que aposta em matérias aprofundadas, independentes e de interesse público”, sendo uma produção independente, assim como todos os outros já citados. Enquanto a *Agência Eco Nordeste* - único veículo que não está presente no Mapa de Jornalismo Independente - foca no conteúdo sustentável, ambiental e inclusivo, e traz para si como valor a proposta de “fazer jornalismo de soluções independente, colaborativo, que apresente desafios e aponte caminhos para a sustentabilidade no Nordeste”.

## 1.2 COLABORAÇÃO ENTRE VEÍCULOS

A colaboração no contexto do jornalismo não é algo atual e inovador. Antes mesmo da internet, a instituição serviu-se do apoio de pessoas, no geral, do público leigo, que participava por meio do envio de cartas ou realizando telefonemas com denúncias e informações. É claro que essa participação do público nas pautas e decisões torna-se mais forte à medida que a internet se consolida.

A princípio, com a possibilidade de comentar e opinar nas publicações, “ao configurar-se na internet, o jornalismo cuidou logo de abrir espaços para que os leitores pudessem enviar comentários às reportagens publicadas” (ZANOTTI, 2010, p. 34). A partir desse marco, a participação do leitor ganhou ainda mais importância dentro das redações:

A abertura de canais de participação ao público, nesta etapa em que ele próprio ganhou o poder de transmitir informações, e sua inserção no contexto de cauda

longa, deveria pressupor uma presença mais efetiva do leitor no processo de produção dos meios noticiosos. Dele, se esperaria intervenções reais na pauta, reorientando o jornalismo colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade, agendamentos; ou na apuração, acrescentando informações; ou ainda na diversificação das fontes, ampliando o leque de sujeitos consultados pelos jornalistas. (ZANOTTI, 2010, pp. 34 e 35)

Apesar de esse ser um assunto bem discutido dentro da academia, tendo em vista a facilidade em encontrar artigos e demais trabalhos nessa área, não é sobre esse tipo de colaboração (Jornalismo Cidadão) o foco desta monografia. Além da relação do jornalista com o público, é necessário compreender a colaboração entre profissionais de comunicação – que se torna cada vez mais comum, principalmente nos meios independentes e alternativos.

Para deixar mais inteligível, tomaremos como conceito para o jornalismo colaborativo o mesmo usado por Joy Jenkins e Lucas Graves no *Digital News Project (april, 2019) – Case Studies in Collaborative Local Journalism*, que define como “iniciativas ou projetos pelos quais jornalistas de diferentes organizações trabalham uns com os outros e outros atores” (2019, p. 7, tradução nossa).

Esse tipo de iniciativa colaborativa no jornalismo não é tão incomum e atual. Em 1976, por exemplo, após o atentado e assassinato do repórter norte-americano Don Bolles, que trabalhava em uma matéria investigativa sobre o envolvimento de políticos com a máfia no estado do Arizona, para o jornal *The Arizona Republic*, seus colegas de profissão em todo os Estados Unidos, em revolta, se agruparam para formar o Colaborativo *Arizona Project* e assim finalizar o que Bolles havia iniciado.

Claro que essas associações podem acontecer por diversas circunstâncias. A motivação citada acima foi sinônimo da revolta dos profissionais do campo jornalístico da época. Entretanto, Freitas (2016) ressalta que o cenário de maiores colaborações tem semelhança nas redações dos veículos, causada pelas restrições monetárias, assim como pelas alterações tecnológicas e sofisticação dos casos investigados.

Em um mundo mais digital, no qual o jornalismo tem sido alvo de críticas e desconfiança, a associação de jornalistas de diferentes instituições pode ser uma forma de “burlar” as dificuldades financeiras e éticas. Amaral (2021) aborda sua própria experiência e entende que a ética dentro do jornalismo independe do modelo de negócio, que a colaboração entre jornalistas e também com o público pode ser um trunfo na recuperação da informação e verdade factual.

É preciso citar também que o jornalismo colaborativo é, na maioria das vezes, ligado às novas práticas, ao universo da internet e aos profissionais mais recentes no ramo. Acredita-se

que o sucesso se relaciona à dissociação das antigas formas de fazer jornalístico e pensamentos passados, como abordado no relatório *Comparing Models of Collaborative Journalism* escrito por Sarah Stonbely, do Centro de Mídia Cooperativo, da Universidade Estadual de Montclair:

O contexto do jornalismo colaborativo é uma das razões pelas quais boa parte dos colaboradores mais zelosos são jovens, em veículos nativos digitais ou de fora do jornalismo. Em outras palavras, a prática de um jornalismo colaborativo de sucesso muitas vezes requer uma ruptura com práticas e mentalidades passadas. (STONBELY, 2017, p. 14, tradução nossa)

Outro ponto interessante de ser observado nesse mesmo relatório de Stonbely (2017) é que a maioria desses projetos são matérias investigativas ou histórias de responsabilidade, e que esses trabalhos se organizam mais comumente de seis maneiras - quanto à duração e integração/aproximação dos participantes, respectivamente: “temporário e separados; temporário e co-criadores; temporário e integrados; contínuo e separados; contínuo e co-criadores; contínuo e integrados.” (STONBELY, 2017, tradução nossa)

O Festival 3i 2022, que aconteceu em março do mesmo ano, trouxe para o centro do debate a parceria como um dos elementos essenciais do jornalismo, em uma das mesas redondas do evento “Produções jornalísticas em rede: como articular grandes coberturas?”. A mesa contou com a participação de quatro jornalistas que trabalham de forma independente: Joana Suarez (veículo *AzMina*), Alexandre de Santi (veículo *The Intercept Brasil*), Kátia Brasil (do veículo *Amazonia Real*) e Maria Teresa Ronderos, diretora do Centro Latinoamericano de Investigación Periodística (CLIP).

Durante a programação<sup>9</sup>, a repórter Joana Suarez relembrou que a competição natural do jornalismo tradicional acaba por atrapalhar e esquecer as colaborações, que são mais comuns nos veículos independentes. Para ela, “acaba que o jornalismo comercial e tradicional está sempre disputando o furo e a concorrência (...) E eu acho que a palavra máxima do jornalismo inovador é a colaboração, em todos os sentidos.”

Claro que para uma parceria dar certo é necessário que sejam estabelecidos alguns acordos e conversas. Justamente o que Kátia Brasil explicou, no mesmo evento, usando como exemplo a série de reportagens “Um Vírus, Duas Guerras”, produzida em conjunto com outros seis veículos independentes: “A gente foi muito claro nesse sentido: a transparência do trabalho em conjunto, da parceria, foi desde o primeiro momento o ponto mais positivo”.

---

<sup>9</sup> Discussão da mesa redonda disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=dSnybcsoGVc>

Maria Teresa Ronderos também opinou sobre a colaboração e a divisão de verbas nesse período de construção de um projeto, dizendo que “quando a gente colabora, se trata de colaboração, a gente não paga um parceiro para que nos faça um trabalho, porque isso seria como voltar aos veículos antigos, seria como ter um correspondente que recebe dinheiro. A gente não quer isso, a gente quer que seja realmente colaborativo, com o olhar de todos, que exista uma democracia, uma igualdade”.

A partir dessas falas extraídas da mesa redonda do festival 3i, fica mais perceptível como se dá a organização desses veículos no Brasil e na América Latina. Neste capítulo desenvolvemos, com o auxílio de pesquisadores e pesquisadoras da área, bem como opiniões dos profissionais, uma reflexão sobre a humanização, contextualização, crítica à mídia tradicional e recursos visuais utilizados por esses veículos independentes na construção das reportagens elaboradas de forma colaborativa. Como veremos no capítulo seguinte, a partir de um recorte, foram selecionadas as matérias da região Nordeste do especial “Um vírus, duas guerras”, para focar a análise, tendo por princípio um entendimento de como se dá, em termos regionais, o trabalho de colaboração jornalística no universo da mídia independente.

## CAPÍTULO 2 - REPORTAGEM É DIFERENTE DE NOTÍCIA

Após a criação do jornal-empresa no século XIX na Europa e antes da difusão do rádio e do cinema, a notícia se tornou o carro chefe do jornalismo da época, por seguir padrões industriais, “por meio da técnica de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável” (LAGE, 2006, p. 13). Mas, ao longo dos anos, um outro gênero toma forma e ganha espaço dentro do jornalismo: a reportagem.

Ao falar de reportagem é possível imaginar um gênero jornalístico mais amplo, com maior tempo de produção, abordagens profundas, contextualizadas e com mais possibilidade de humanização. Para Sodré e Ferrari (1986, p. 11) a reportagem “é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso”. Ainda segundo estes autores, é possível destacar algumas características na reportagem: “a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista; d) objetividade dos fatos narrados” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 15).

Já Lage (2006) distância a reportagem da notícia por alguns motivos: 1) Iniciando pela pauta, que na notícia é indicação de fatos programados e que se espera desdobramento enquanto a reportagem os assuntos são mais fartos e podem ou não ser atualizado por acontecimentos; 2) O estilo da reportagem não é tão rígido quanto o da notícia; 3) Reportagens podem ter como predominância a investigação e outras a interpretação - respeitando os fatos.

Podemos associar a reportagem ao jornalismo investigativo, aquele definido por Lage (2001) como o que se esforça para salientar injustiças sociais que aconteceram ou estão acontecendo, a partir de textos mais extensos. Por outro lado, para Vasconcelos (2008), a reportagem investigativa tem como uma das características mais apreciadas a “isenção” de quem escreve. Moraes (2019, p. 08), inclusive, atenta para a forma segundo a qual esse jornalismo investigativo pode ser visto: “Aquele que geralmente aborda questões da política institucional; que apresenta o máximo de objetividade; que entrevista/investiga nomes proeminentes da agenda política”.

Retomando o pensamento de Lage (2001), a reportagem investigativa se beneficia com a difusão por meio do uso de computador e é importante dizer que ela é constituída a partir de alguns passos:

Pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas (uma pequena nota em jornal japonês deu origem à famosa reportagem sobre o massacre de Mi Lai, no Vietname) ou a observação direta da realidade. O segundo passo é o estudo de

viabilidade: se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo, que resultados pode ter a investigação etc. O terceiro passo, familiarizar-se com o assunto, o que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias. O quarto passo, desenvolver um plano de ação, incluindo custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações etc. O quinto passo é realizar o plano, ouvindo fontes e consultando documentos. O sexto passo, reavaliar o material apurado e preencher os vazios de informação. (LAGE, 2001, p. 61)

Essas etapas fazem parte da rotina do jornalista, portanto esse trabalho de apuração, observação, busca de fontes, documentos e análises só pode ser feito com maestria por esses profissionais. Como relembram Luckmann e Fonseca (2017, p. 167), “são práticas de apuração características do trabalho jornalístico profissional e esse papel pode ser desempenhado pelo jornalista melhor do que ninguém.”

Vale citar outra diferença entre notícia e reportagem: como argumentam Sodré e Ferrari (1986), a notícia tem função de tornar um fato público. O tempo é um fator importante, já que o anúncio deve ser feito de forma imediata. Enquanto a reportagem costuma ser “narrativa”, como define Lage, pautando assuntos que perpassam o tempo e “intercalando entrevistas, diálogos significativos e análises de situação” (LAGE, 2005, p. 145).

## 2.1 ELEMENTOS DA REPORTAGEM

Para um melhor entendimento de alguns aspectos da reportagem, serão aprofundados alguns conceitos considerados essenciais para a análise que se desenvolverá, tendo em vista a noção de objetividade e subjetividade, já citados no primeiro capítulo. Mas agora relacionados também à contextualização e explorando um pouco mais sobre a humanização, a escolha das fontes e os recursos visuais que podem ser utilizados na produção das reportagens.

### 2.1.1 Objetividade, subjetividade e contextualização

É claro que com os avanços tecnológicos e a participação cada vez mais assídua do público no processo de elaboração e produção de pauta, as formas de fazer jornalismo também se alteraram. Moraes (2019), por exemplo, ressalta a questão da objetividade, que ainda é uma falácia da qual tanto o público quanto alguns jornalistas de longa data estão presos e esses profissionais acabam por defender a existência de um jornalismo “ativista” e outro “isento”. A autora se põe em defesa da subjetividade no jornalismo, quando afirma que é “necessário dizer que a dimensão subjetiva também é conduzida ao lado de uma apuração rigorosa, análise de

dados, pesquisas bibliográficas e de campo, observação direta ou indireta, etc., técnicas comuns ao trabalho jornalístico” (MORAES, 2019, p. 5).

Quando o jornalista inicia seu trabalho de investigação, é necessário estar atento a todo material coletado e a tudo aquilo que é visto, ouvido, falado ou feito durante o processo de apuração. Esses documentos e ações podem ser utilizados na construção da reportagem, já que, como menciona Lage (2006, p. 54), “a reportagem não cuida da cobertura de um fato singular ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto ou do relato de um episódio complexo, de acordo com um ângulo preestabelecido.”

Entendendo o trabalho do jornalista e aquilo que é estabelecido por objetividade e subjetividade no fazer jornalístico, pode-se considerar que a apuração e, conseqüentemente, a contextualização da matéria será feita a partir da tomada de decisão do jornalista sobre seguir um desses conceitos. Ser objetivo e levar apenas informação ou defender uma posição e ir mais a fundo. “A subjetividade como elemento para tratar desses temas tão recorrentes no âmbito do jornalismo passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos” (MORAES, 2019, p. 207).

Assim, a subjetividade faz pensar além dos valores-notícias já conhecidos, fugindo do que é rotineiro, buscando novos personagens e histórias. A diferença entre o jornalismo objetivo e o jornalismo subjetivo está situada, inclusive, na maneira como enquadram a situação:

Também é importante colocar que não é apenas de lugares e rostos proeminentes (e ricos ou poderosos) que se ocupa o jornalismo: a pobreza é um assunto rotineiro na imprensa. O ponto central é como essa pobreza é enquadrada. É aqui que o jornalismo de subjetividade nos é útil como ferramenta, ao empregar uma abordagem não espetacularizada sobre tais grupos; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; ao não tornar repórteres como heróis e/ou heroínas, salvadores, enquanto essa pobreza é figurante. (MORAES, 2019, p. 212)

Dessa maneira, a elaboração da matéria, por exemplo, não é aleatória, os acontecimentos precisam ter algum sentido, um contexto. E para Canavilhas e Baccin (2015), essa contextualização pode ser diacrônica ou sincrônica sendo, respectivamente, a primeira situação quando se analisa os acontecimentos anteriores ao fato e a segunda quando se explica o ambiente no qual ele ocorreu. Leal, Carvalho e Jácome (2021) complementam que essa não é uma tarefa fácil (contextualizar), pois se levantam diversas relações para encontrar sentidos, significados e referências e esse agir produz um entendimento plausível, mas nunca a estabilização do mundo.

Todavia, para os autores Luckmann e Fonseca, o contexto no campo do jornalismo tem dois principais apontamentos:

1) fornecer um background o mais detalhado possível dos acontecimentos já noticiados a respeito do mesmo tema gerador da notícia, dentro dos limites de espaço ou tecnologias disponíveis; 2) oferecer ao leitor/espectador o máximo possível de informações relevantes relacionadas aos antecedentes históricos e sociais do acontecimento transformado em notícia, que o ajude a compreender esse acontecimento, relacionando-o com seus aspectos particulares, em movimento dialético com o singular e o universal, como propõe Genro Filho. (LUCKMAN; FONSECA, 2017, p. 172)

O que é possível concluir é que quando o jornalista se afasta do mito da objetividade e isenção que vem tentando ser imposta desde o início das práticas jornalísticas, ele se abre para a possibilidade de um olhar mais humanizado, para uma produção mais integral e profunda de temas que são recorrentes. No entanto, é preciso ter cuidado ao falar sobre certos públicos ou “minorias”, para não contribuir para a desumanização e marginalização desses grupos.

### **2.1.2 Humanização e equilíbrio das fontes**

Uma proposta e característica possível de ser utilizada na reportagem é a humanização. Segundo Medina (2008, p.42 e 43), a humanização tornou-se valorizada a partir dos anos 1950, com os perfis: “justamente nos perfis há fôlegos de renovação, logros respeitáveis. A rigor, todos os veículos, muito em especial a partir dos anos 50, começaram a valorizar a humanização das chamadas fontes de informação”.

É preciso estar atento a essa característica, ainda mais porque a humanização é construída a partir de relatos de seres humanos comuns. Nos últimos anos, a organização Think Olga lançou Minimanuais<sup>10</sup> de Jornalismo Humanizado focando em temas como Comunidade LGBTQIA+, Violência Contra Mulheres e Pessoas com Deficiência. Os materiais visam melhorar o trabalho da imprensa e discutir erros cometidos durante a cobertura desses temas e a possível desumanização desses grupos, que constituem “minorias”. Algumas das dicas abordadas no Minimanual de Violência contra Mulheres são: não romantizar o ato, não desmerecer a vítima, não romantizar agressores e o crime, chamar feminicídio pelo nome, entre muitos outros.

---

<sup>10</sup> Os Minimanuais estão disponíveis em: <https://thinkolga.com/ferramentas/>

Em seu artigo “Humanização e Desumanização no jornalismo: algumas saídas” de 2012, Jorge Ijuim exemplifica e analisa algumas situações nas quais o jornalismo reforça estereótipos e contribui para o preconceito com algumas comunidades. Na primeira, a produção da revista *Veja* chamada “Made in Paraguai”, a Funai é acusada de estar demarcando terra para indígenas naquele país, enquanto os do Brasil estão “morrendo de fome”, como citado pelo veículo. O problema que se inicia na apuração, confia em uma fonte denunciante que nem é citada, com equívocos de contextualização e reforçando estigmas sobre indígenas paraguaios e desqualificando a Funai no decorrer do texto.

Na segunda análise, em uma sequência de reportagens produzida pelo *Diário Catarinense* sobre uma greve de professores, Ijuim percebe uma contextualização “insuficiente e imprecisa” do veículo e deixa impressão de uma tentativa de conduzir as pessoas a se posicionarem contra o movimento. Ou seja, o veículo se apresenta julgando tais profissionais da educação.

Por fim, no especial “Filhos da mãe”, elaborado pelo *Correio Brasiliense*, em uma tentativa de pautar o cenário de filhos de prostitutas do Centro-Oeste do Brasil, reforça estigmas contra essas pessoas. Ijuim (2012, p. 126) diz que a reportagem “ficou no propósito, pois o que se constata é um infeliz discurso que discrimina, reafirma estereótipos e reforça preconceitos.” Esse artigo de Ijuim é citado nesta monografia para evidenciar o papel extremamente importante na hora de pautar e elaborar uma nova produção noticiosa enquanto jornalista. O profissional tem responsabilidade pelo que escreve, pelas fontes que busca, pelo contexto apresentado e pela ideia final que causa. Até porque, segundo esse autor:

Não é difícil encontrar equipes de reportagem que, ou se apegam à primeira impressão diante do que “observam”, e fazem pré-julgamentos, censuram, julgam e condenam; ou se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de “autoridades” científicas, e também julgam e condenam (IJUIM, 2012, p. 131)

O fato é que o jornalista deve saber lidar com os personagens e apresentá-los de forma correta, seja no contexto da notícia ou da reportagem. Como destacam Sodré e Ferrari (1986), nenhuma história pode se privar de personagens, pois em algum momento da narrativa abre-se espaço para descrevê-lo. É quando se traça o chamado perfil, como se diz no jornalismo. Há momentos em que o personagem ou os personagens são o foco da narrativa, mas também existem situações nas quais “o destaque é dado aos fatos, à ação ou ao levantamento de dados,

os personagens são secundários: o relato é interrompido para dar lugar a um enfoque rápido sobre eles, sob forma narrativa ou de curta entrevista” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 139).

Quanto à escolha das fontes, Medina (2008) defende que elas devem ser selecionadas a fim apresentar uma pluralidade de vozes e também mostrar a qualificação humanizadora dos entrevistados. Cabe ao jornalista buscar os diferentes tipos de fontes e tratá-las de maneira humanitária, sem um olhar discriminatório. Os erros durante a cobertura de temas e grupos minoritários já são comuns e péssimos para o jornalismo, principalmente quando percebe-se que há “várias motivações de ordem socioculturais colaboram para a criação de estereótipos e a consequente discriminação destes e de outros grupos sociais. Estranhar, não reconhecer o Outro é uma maneira de reforçar estigmas.” (IJUIM, 2017, p. 240).

### 2.1.3 Recursos visuais

Com os avanços tecnológicos e a presença cada vez mais assídua do jornalismo na internet, a utilização de recursos visuais que colaborem com o entendimento do público se tornaram bem comuns. As fotografias, que já faziam parte do jornalismo há pelo menos um século, agora se unem aos infográficos, ilustrações, design com *layout* diferenciado, vídeos e animações para manter o público mais informado e preso ao conteúdo jornalístico.

Assim, se aperfeiçoou o jornalismo visual, que segundo Medeiros:

é uma área de especialização destinada à produção de informações representadas por expressões visuais, tais como iconografias (fotografias, ilustrações, infográficos, videografias, quadrinhos, vídeos, animações) e pelo design (leiaute, tipografia, formato, diagramação, cor, materiais de impressão e os demais elementos do projeto gráfico) (MEDEIROS, 2020, p. 2)

Se antes a preocupação com o design era mais direcionada ao jornal impresso ou às revistas, para manter essas publicações com uma diagramação mais interessante, hoje a sua presença não é a única que importa. Para as reportagens de profundidade, os dados podem vir em formato de vídeo ou infográficos, por exemplo. Na opinião de Gascón (2010), as imagens detalham os acontecimentos e são testemunhos gráficos, enquanto links constituem documentos complementares, a infografia explica processos complexos e o vídeo ganha cada vez mais espaço no jornalismo multimídia.

É importante frisar que, no jornalismo, a informação é o fator mais relevante, entretanto os recursos visuais surgem de forma a acrescentar e chamar a atenção do leitor, sem que necessite de um grande esforço para compreender o que é apresentado. “Como o projeto visual

em jornalismo está ligado à possibilidade de reprodução dos recursos visuais de forma ágil e com fidelidade, deve ser legível e atrativo, poupando o leitor de esforços para compreender o conteúdo.” (MEDEIROS, 2020, p. 47). Assim, é primordial que para o leitor sejam disponibilizados esses elementos, não somente em reportagens de fôlego, mas também em matérias no geral, nas quais as fotos complementam o texto, os links levam à mais informações e o grande número de dados possam ser absorvidos de maneira mais fácil.

### **CAPÍTULO 3 - POR DENTRO DA SÉRIE DE REPORTAGENS “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS”: DA METODOLOGIA À ANÁLISE**

Para estudar a série de reportagens “Um vírus e duas guerras”, utilizaremos a análise de conteúdo qualitativa, inspirada em Bardin (2011), buscando o entendimento de significados que muitas vezes passam despercebidos, sendo ela mais especificamente:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47)

Desta forma, primeiramente faz-se necessário compreender quantitativamente os recursos utilizados, sendo estes: a quantidade de fontes (oficiais, especializadas e comuns) e os recursos visuais. Por fim, entraremos mais a fundo nas reportagens para avaliar qualitativamente as seguintes características, todas derivadas dos aspectos apresentados pelos autores e autoras debatidos no primeiro capítulo e no início do segundo: a) Contextualização; b) Humanização e pluralidade das fontes; c) Crítica do tradicional e nova abordagem; d) Utilização de recursos visuais. Todos esses fatores ajudam, em conjunto, a mensurar o papel do jornalismo colaborativo no entendimento de problemáticas sérias e complexas, como a violência contra a mulher. Bem como o impacto do uso desses elementos na construção das reportagens mais didáticas, contextualizadas e com sentido de denúncia.

O objetivo da série “Um vírus e duas Guerras”, o objeto de análise do presente estudo, segundo uma publicação do *AzMina* “é visibilizar esse fenômeno silencioso, fortalecer a rede de apoio e fomentar o debate sobre a criação ou manutenção de políticas públicas de prevenção à violência de gênero no Brasil”<sup>11</sup>. Com esse intuito, o levantamento dos dados trazidos nas reportagens foi organizado em três quadrimestres: março e abril de 2020 (publicados em junho do mesmo ano); maio a agosto de 2020 (postados em outubro de 2020) e setembro a dezembro de 2020 (registrados em março de 2021).

Pela quantidade de material, iremos apresentar e analisar apenas a última parte, com publicação em março de 2021. A série traz 20 matérias produzidas a partir de uma articulação de sete veículos de mídia independentes espalhados pelo Brasil, a fim de levantar e monitorar

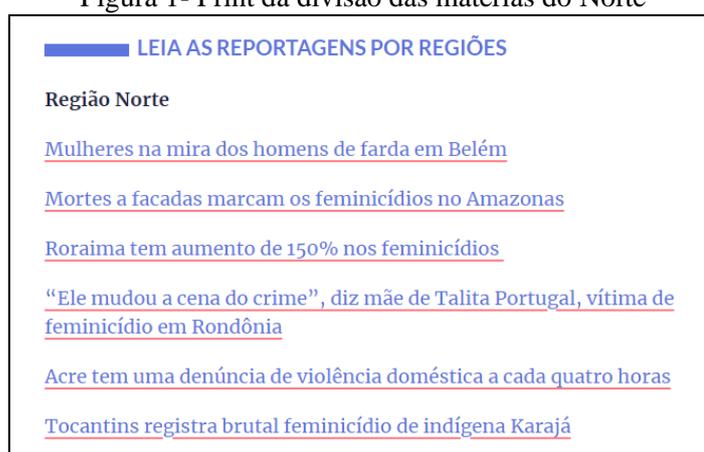
---

<sup>11</sup> Informação extraída do site : <https://azmina.com.br/reportagens/relatorio-mostra-dificuldades-e-aponta-caminhos-para-obtencao-de-dados-sobre-violencia-contra-a-mulher/>

dados da violência de gênero no país. As reportagens foram divididas por região e, por consequência, os veículos também ficaram responsáveis pela coleta e apuração de suas áreas.

Na região Norte foram publicadas seis reportagens, como mostra a Figura 1, desenvolvidas pelo *Amazônia Real*, cuja equipe é composta por: Kátia Brasil (editora-executiva), Eduardo Nunomura (editor), Alícia Lobato, Bruna Mello, Roberta Brandão, Nicoly Ambrozio, Werica Lima, Maria Fernanda Ribeiro (repórteres), Juliana Pesqueira e Gilmar Correia (ensaio fotográfico “Sobrevivendo”), Pablito (ilustrador) e Alberto César Araújo (editor de fotografia).

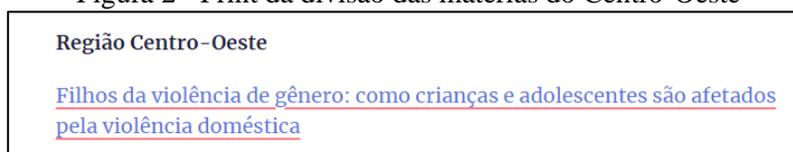
Figura 1- Print da divisão das matérias do Norte



Fonte: AzMina (<https://azmina.com.br/>)

Na Figura 2, que está abaixo, vemos que na região Centro-Oeste foi publicada apenas uma reportagem, na página do Coletivo *AzMina*. A equipe de produção foi composta por Helena Bertho (editora), Jamile Santana (repórter) e Bárbara Libório (editora).

Figura 2 - Print da divisão das matérias do Centro-Oeste

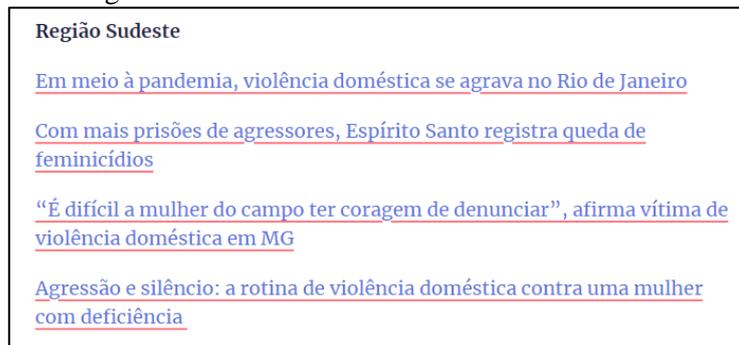


Fonte: AzMina (<https://azmina.com.br/>)

Na região Sudeste foram quatro matérias, como demonstrado abaixo, na Figura 3, publicadas pelo *#Colabora*, produção coordenada por Fernanda Baldioti (editora), Liana Melo (repórter), Fernando Alvarus (infografia), Helena Cunha (ilustrações) e Raphael Monteiro

(designer). E também pela *Ponte Jornalismo*, a equipe de Maria Teresa Cruz (editora), Jeniffer Mendonça (repórter), Antonio Junião (ilustrações) e Maria Elisa Muntaner (análise de dados).

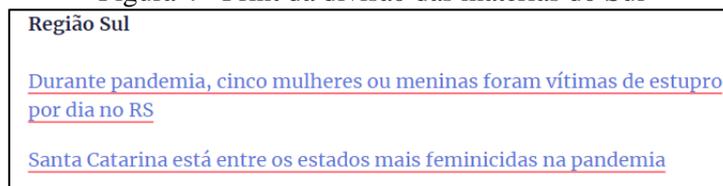
Figura 3 - Print da divisão das matérias do Sudeste



Fonte: AzMina (<https://azmina.com.br/>)

A Figura 4 mostra que na região Sul do país a apuração e produção foi inteiramente do *Portal Catarinas*, sendo a equipe responsável composta por Paula Guimarães (editora), Inara Fonseca, Juliana Rabelo, Morgani Guzzo (repórteres) e Beatriz Lago (ilustrações).

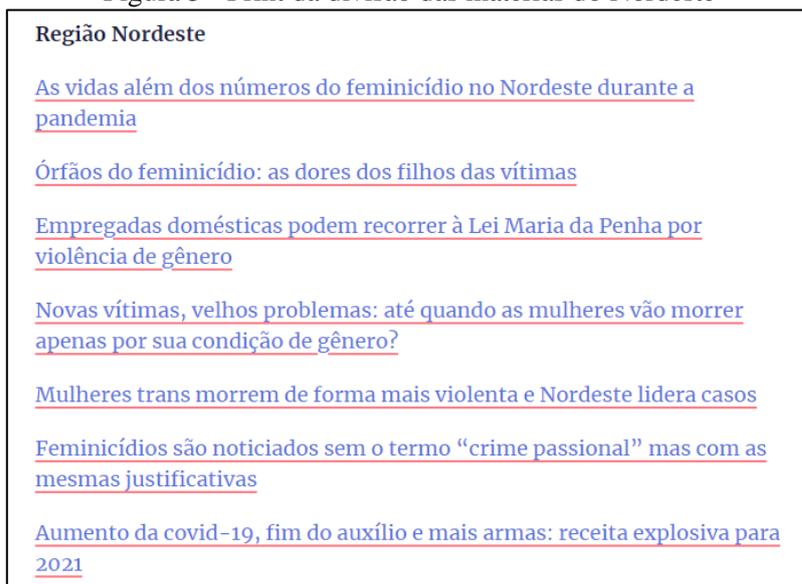
Figura 4 - Print da divisão das matérias do Sul



Fonte: Az Minas (<https://azmina.com.br/>)

Por fim, na região Nordeste, foi produzido o maior número de reportagens, como pode ser observado na Figura 5, abaixo, sendo sete elaboradas pelas equipes do *Eco Nordeste*, de Maristela Crispim (edição), Adriana Pimentel, Líliam Cunha, Rose Serafim e Yara Peres (textos), Adriana Pimentel (fotografia) e Flávia P. Gurgel (design). E pelo *Marco Zero Conteúdo*, com produção de Carol Monteiro (editora) e Maria Carolina Santos (repórter).

Figura 5 - Print da divisão das matérias do Nordeste



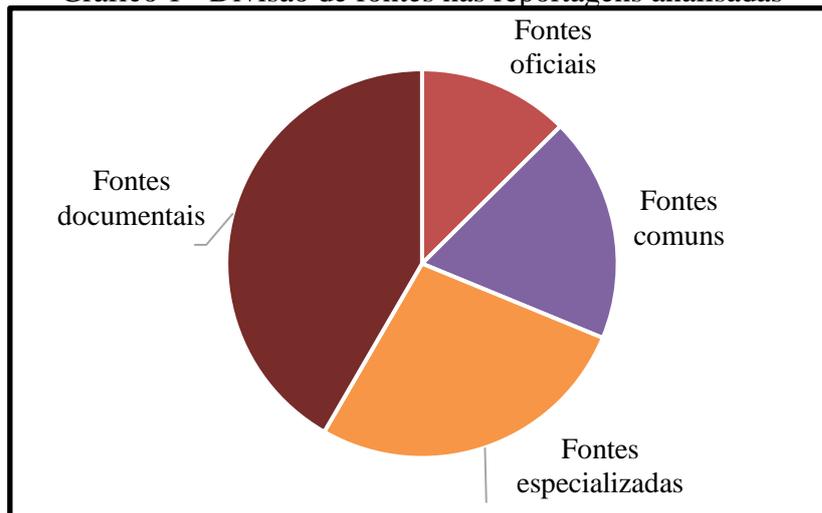
Fonte: AzMina (<https://azmina.com.br/>)

Para sistematizar o estudo foi primordial realizar um recorte com o objetivo de investigar o material, sendo escolhidas as reportagens do Nordeste publicadas em março de 2021. A seleção foi feita por três razões: 1) Trata-se do levantamento mais recente, feito dos dados apurados entre setembro e dezembro de 2020; 2) A região Nordeste possui o maior número de publicações; e, o principal motivo: 3) Pela proximidade, pois é a região onde a autora reside e está concluindo um curso de Jornalismo.

### 3.1 – “UM VÍRUS E DUAS GUERRAS NO NORDESTE”: UM QUANTITATIVO GERAL

Antes de ir mais a fundo nas reportagens e verificá-las individualmente, agrupando as sete matérias regionais, foram encontradas 28 entrevistas feitas pelos repórteres responsáveis. Dessas, seis eram fontes oficiais, nove eram fontes comuns - familiares ou amigos das vítimas, e outras 13 eram especializadas - pessoas que já trabalhavam com o assunto e podiam falar com propriedade. Além disso, foram encontradas 20 fontes documentais (livros, sites, documentos de órgãos oficiais). Através do Gráfico 1, a seguir, podemos observar a composição das fontes utilizadas na matéria.

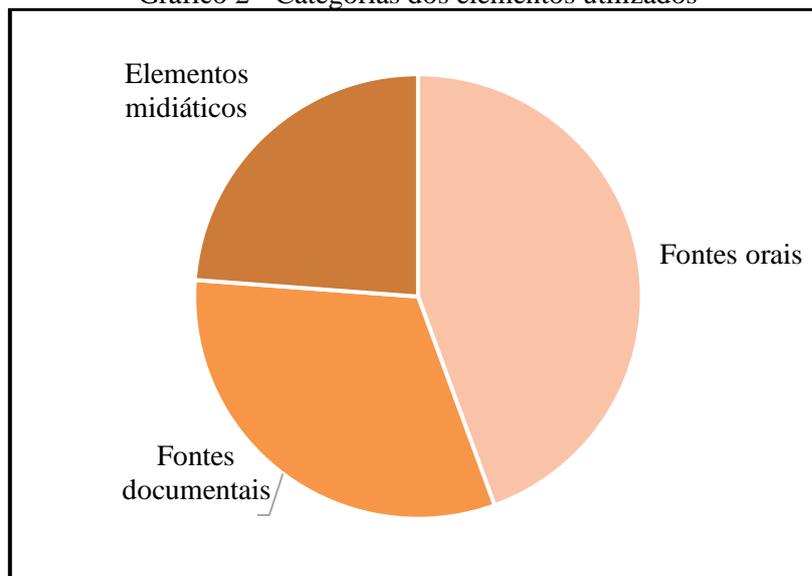
Gráfico 1 - Divisão de fontes nas reportagens analisadas



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os recursos visuais são pouco apresentados, mas no geral são utilizados 15 desses elementos midiáticos, que se organizam desta forma: todas as reportagens contêm uma imagem de capa, sendo que os outros elementos utilizados são fotos de vítimas e autor do crime, infográficos, áudios da irmã de uma vítima e links que levam a documentos ou materiais extras. No gráfico 2, abaixo, é possível observar como se deu a divisão desses elementos no geral.

Gráfico 2 - Categorias dos elementos utilizados



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Trazer esses números de forma explícita, principalmente quando falamos de fontes, é importante para entender sobre a pluralidade de vozes, que humaniza o texto quando encontra diferentes perfis de pessoas ou personagens, como bem colocado por Medina (2008). Além

disso, as falas de especialistas, que são pessoas que têm propriedade sobre determinado assunto, suscita uma confiança maior naquilo que é dito. Sodré e Ferrari (1986) argumentam que toda história tem personagens, e se essa humanização e pluralidade são bem trabalhadas no final podem gerar uma conexão com o leitor e, à longo prazo, contribuir para a retomada da credibilidade do jornalismo.

### 3.2 - REPORTAGEM 1: “AS VIDAS ALÉM DOS NÚMEROS DE FEMINICÍDIOS NO NORDESTE”

A reportagem publicada pela *Eco Nordeste*, “As vidas além dos números do feminicídio”, é um compilado de dados, relatos de mortes violentas e dificuldades em conter ou identificar a violência contra mulher e o feminicídio, que subiram no primeiro ano de Covid-19 no Brasil. Com um tamanho de 12.811 caracteres, a matéria elenca seis pequenos subtópicos: 1 - Perspectivas; 2 - Números gerais; 3 - Maioria entre 35 e 64 anos; 4 - Subnotificação; 5 - Dificuldades na tipificação; 6 - Um vírus e novos ensinamentos.

Essa reportagem se preocupa em trazer um quantitativo de vítimas no Nordeste, junto à história humanizada de como ocorreram alguns desses crimes de feminicídio em cidades da região. O principal objetivo é mostrar quem, quando, onde e como essas mulheres se tornaram (infelizmente) vítimas e números desse tipo de crime. A humanização não é construída a partir de relatos de familiares ou amigos das vítimas, mas, sim, pela perspectiva da crueldade e dor que a violência contra a mulher, por si só, causa em diversos lares. Quando elas são agredidas, quando elas são mortas e quando os filhos pequenos são obrigados a assistir à crueldade do crime de gênero, como fica evidente nesta passagem:

Jenilde foi agredida com um murro no olho e recebeu cinco golpes de faca após seu ex-companheiro invadir a casa onde a vítima morava com as filhas pequenas pela porta dos fundos. O crime aconteceu na noite de Natal e foi presenciado pelas filhas de 5 e 6 anos. (Trecho extraído da reportagem)

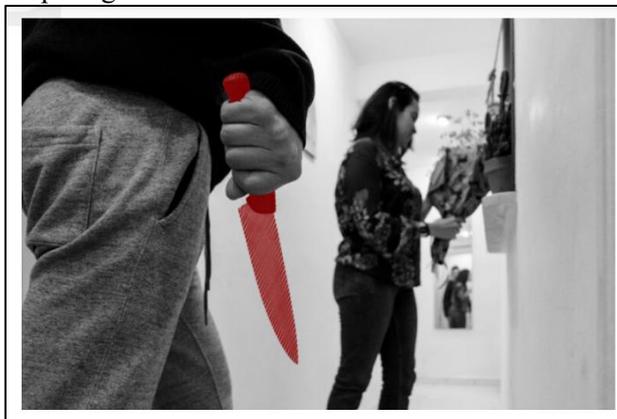
As repórteres trazem a fala de um policial, Etevaldo Alves, major da Polícia Militar, como fonte oficial, explicando como um desses crimes ocorreu, e da especialista Titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, Julieta Palmeira, argumentando que esse é um índice que acontece em todo o mundo e que o governo se preocupa mais em colocar armas nas mãos das pessoas, do que ajudar de outras formas, o que pode contribuir para o aumento da letalidade.

Por se tratar de uma matéria que apresenta diversos dados e números dos estados do Nordeste do Brasil, as fontes documentais tiveram um peso maior para a reportagem. A partir desses dados, foi possível contar as histórias das vítimas (que são mais que apenas números). É importante perceber problemáticas sobre raça, identidade de gênero e orientação sexual, questionadas por quem escreve e que faltam nos dados apresentados pelo poder público:

Os dados da secretaria não especificam a raça da maioria das vítimas, identificando apenas duas delas como pardas e mantendo as outras sete como não informadas, nos valores de 2020. Também faltam informações sobre identidade de gênero e orientação sexual. (Trecho extraído da reportagem)

Os infográficos, fotos, tabelas não aparecem em número significativo nessa reportagem. Os elementos são usados apenas duas vezes, sendo uma na capa e outra na parte mais específica sobre os números em toda a região Nordeste. Esses recursos são articulados com simplicidade, bem resumidos, o que facilita a compreensão.

Figura 6 - Capa da reportagem “As vidas além dos números de feminicídio no Nordeste”



Fonte: Agência Eco Nordeste (<https://agenciaeconordeste.com.br/>)

A figura 6 (acima) é a imagem colocada na abertura da reportagem. A foto, produzida especialmente para a série, é de Adriana Pimentel e a arte foi desenvolvida por Flávia P. Gurgel, representando a violência. A Figura 7 (abaixo) é um gráfico com dados oficiais do Nordeste, com a divisão estabelecida por estados e mostrando a variação entre os números 2019 e 2020, a partir da qual é possível enxergar com mais didatismo os fatos.

Figura 7 - Gráfico apresentando números de feminicídios no Nordeste

<b>Números oficiais de feminicídio no Nordeste</b>			
<b>Estado</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Variação</b>
PE	57	75	<b>31,57%</b>
BA	101	110	<b>8,91%</b>
CE	26	27	<b>3,84%</b>
MA	53	54	<b>1,88%</b>
PB	38	36	<b>-5,26%</b>
PI	29	27	<b>-6,89%</b>
AL	44	34	<b>-22,72%</b>
RN	21	12	<b>-42,85%</b>

\*O ESTADO DE SERGIPE NÃO DISPONIBILIZOU OS DADOS COMPLETOS  
FONTES: DADOS FORNECIDOS PELOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS

Gráfico: Flávia P. Gurgel

Fonte: Agência Eco Nordeste (<https://agenciaeconordeste.com.br/>)

É importante dizer que os dados obtidos no decorrer da matéria são bem distribuídos na reportagem, de forma que o uso desses gráficos se torna importante, porém não extremamente necessário. Apesar disso, encontrar esses números foi uma dificuldade, como é relatado ao final da reportagem pela equipe de produção, que não se esconde atrás do mito da objetividade jornalística:

A dificuldade na obtenção de dados foi uma das enfrentadas por parte das equipes de reportagem. Quando nos encontramos diante de uma situação dessa natureza é inevitável pensar como uma vítima de violência que, já abatida, chega a uma instituição pública em busca de apoio. (Trecho extraído da reportagem)

Para concluir, a reportagem mostra que é possível unir dados e humanização, porque apesar da quantidade de informação, a narrativa e a humanização do relato existem, como citado por Sodré e Ferrari (1986). Mesmo que não haja personagens que viveram a situação falando, as histórias podem despertar sentimentos de dor e comoção no leitor. É importante dizer que a repórter não se apresenta como um jornalista imparcial, que traz perdas para o jornalismo, como elenca Moraes (2019). A jornalista cobra a necessidade de números vindos do governo e se coloca no lugar da vítima que procura apoio.

### 3.3 - REPORTAGEM 2: “ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO: AS DORES DOS FILHOS DAS VÍTIMAS”

Essa reportagem, que contém 11.988 caracteres, da *Agência Eco Nordeste*, foi escrita a fim de dar visibilidade aos familiares da vítima. Enquanto os números mostram o tamanho da

tragédia e o que sofreram essas mulheres, os seres humanos que ficam costumam ser esquecidos no restante da história. Tanto pela mídia tradicional, quanto pelo Estado. E raramente o pós-luto é relatado.

Essa reportagem é construída como uma espécie de denúncia contra os poderes públicos pelo descaso com as famílias e principalmente com os filhos das vítimas de feminicídio. A equipe usa falas principalmente de especialistas, pessoas que estudam, analisam e estão próximas às vítimas, observando quem são e o descaso com as histórias. Essas fontes são: 1) José Raimundo Carvalho - professor e coordenador da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDFMulher); 2) Nilton Formiga - psicólogo social; 3) Regina Célia Barbosa - cofundadora e vice-presidente do Instituto Maria da Penha; 4) Pollyana Souza Vieira - defensora pública à frente do projeto Órfãos do Feminicídio; 5) Lara Teles - defensora do projeto Rede Acolhe, da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Há também duas fontes comuns, que são parentes ou pessoas próximas que confirmam as dificuldades enfrentadas. Uma delas é Érica França, tia da vítima Mayara Estefanny Araújo, contando que a família não sabia da violência sofrida por Mayara pelo seu ex-marido e do descaso do serviço público e da empresa em que Mayara trabalhava. A outra fala é de Nellma Barreto, liderança do Femmes de la Résistance (Mulheres da Resistência), na França, que opina sobre o feminicídio de Franciele Alves, brasileira morta pelo marido em Paris durante a pandemia da Covid-19. Ainda houve tentativa de comunicação com uma fonte oficial, mas os repórteres não obtiveram resposta favorável.

Essas fontes citadas são usadas para humanizar a reportagem, trazendo para o centro a discussão do “abandono” dos filhos e como o feminicídio dilacera famílias, em trechos que levantam revolta, como na história de Franciele Alves:

Nem o corpo, o pai pôde levar para o Brasil, que era o desejo dela, porque a juíza francesa alegou que poderia pedir nova necrópsia e não autorizou a repatriação. Enterraram Franciele aqui, no dia 15 de fevereiro, quatro meses depois do assassinato. (Fala de Nellma Barreto, trecho extraído da reportagem)

E empatia pelos filhos das vítimas, quando se investigam os vestígios que ficam além da perda:

E esse vazio é ocupado por uma expressão literalmente envolvida com algumas estruturas psicológicas, por exemplo, baixa empatia, vingança, uma dificuldade do perdão. Não é fácil essa dinâmica. (Fala de Nilton Formiga, trecho extraído da reportagem)

Não há nenhum uso de fontes documentais, provavelmente pela dificuldade de se encontrar dados ou materiais sobre os filhos das vítimas, algo relatado no próprio texto da matéria. E os elementos midiáticos se resumem a uma imagem de capa do início da reportagem, que pode ser visualizada na Figura 8, que representa a falta da mãe na vida dos filhos.

Figura 8 - Foto de capa da reportagem “Órfãos do feminicídio: as dores dos filhos das vítimas”



Fonte: Reprodução Agência Eco Nordeste (<https://agenciaeconordeste.com.br/>)

Com um enquadramento diferenciado, trazendo o descaso com os que ficam após a tragédia, a reportagem traz relatos de pessoas que são excluídas dos números, sem estereotipar, diferente do problema comum levantado por Ijuim (2017) e Moraes (2019). Além de levantar os danos psicológicos da perda para uma morte tão violenta, a reportagem denuncia o abandono do Estado, que deveria servir de amparo, para o centro da discussão.

### 3.4 - REPORTAGEM 3: “EMPREGADAS DOMÉSTICAS PODEM RECORRER À LEI MARIA DA PENHA POR VIOLÊNCIA DE GÊNERO”

Em uma reportagem de 5.513 caracteres, o Eco Nordeste se atém às empregadas domésticas e às violências sofridas por elas. A repórter promove uma discussão sobre os vazios da Lei, que não protegem essas trabalhadoras integralmente em sua rotina. Dois subtópicos ajudam a entender os desdobramentos da Lei Maria da Penha para esse grupo de mulheres: 1) Agregada ao núcleo familiar e 2) Diversas formas de agressão.

A matéria se firma em um relato de uma personagem central, que é diarista, e conta de forma breve sua história. A humanização se constitui por meio do uso de sua fala e quando os jornalistas englobam, com tanto cuidado, esse grupo tão esquecido dentro da realidade da violência de gênero. Apesar da rápida exposição do caso e do alerta para outras empregadas

domésticas, a fala de Leidiane deixa um incômodo para o leitor quando menciona que “a violência doméstica contra a empregada doméstica na Lei Maria da Penha não é presumida” e necessita de provas. O que demonstra uma maior complicação na denúncia desses casos. Outra questão, é a fala da advogada Jéssica Oliveira, fonte especialista, que é explicativa e acaba por reafirmar esses empecilhos, quando ela frisa que a violência precisa ocorrer dentro do convívio familiar para se encaixar na Lei.

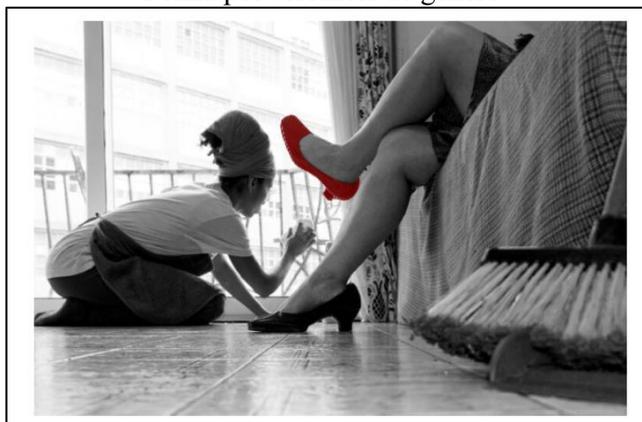
É interessante a forma como a autora ressalta alguns alertas para as domésticas. São comuns os maus tratos no cotidiano de algumas, mas às vezes passam despercebidos, por serem violências disfarçadas:

“A gente nem pode sentar no sofá”, ressalta a diarista. De acordo com Leidiane, a falsa ideia de parentesco é comprada pelas domésticas que acabam, assim, ficando mais suscetíveis à violência. (Fala de Leidiane, trecho extraído da reportagem)

Como a matéria se atém especificamente à aplicação da Lei Maria da Penha em casos de violência contra empregadas domésticas, a autora foca nesta (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) e em outra, a Lei Complementar Nº150/2015. Assim, articula o uso das fontes documentais e as complementa com as fontes orais.

A foto de capa da reportagem ilustra o trabalho doméstico de uma mulher enquanto sua patroa está sentada tranquilamente no sofá. Mais uma vez, a matéria utiliza apenas uma imagem de capa para a reportagem, feita pela equipe especialmente para ilustrar a situação da empregada doméstica, como mostra a Figura 9 abaixo.

Figura 9 - Imagem de capa da reportagem “Empregadas domésticas podem recorrer à Lei Maria da Penha por violência de gênero”



Fonte: Reprodução Agência Eco Nordeste (<https://agenciaeconordeste.com.br/>)

O ponto dessa publicação está no grupo em que a repórter busca focar e na denúncia de um “furo” na Lei, que impede que essas mulheres tenham mais segurança dentro de seus

ambientes de trabalho. Essa não é uma reportagem plural, com diversas vozes, ela se baseia na vivência de uma doméstica, a história é construída pelo relato de um personagem, como colocado por Sodré e Ferrari (1986) e de uma especialista. Mais uma vez, a repórter vai além dos padrões de enquadramento, quando aborda um tema que é pouco falado.

### 3.5 - REPORTAGEM 4: NOVAS VÍTIMAS, VELHOS PROBLEMAS: ATÉ QUANDO AS MULHERES VÃO MORRER APENAS POR SUA CONDIÇÃO DE GÊNERO?

A reportagem produzida pelo *Marco Zero Conteúdo* inicia com a narrativa da morte de Jéssica Mesquita, assassinada a facadas juntamente com sua amiga Tamires, pelo então marido, Joelson, reservista da Aeronáutica. As primeiras linhas retratam um pouco da relação do casal, as chantagens feitas pelo homem e a caminhada até o feminicídio das duas mulheres. A matéria tem dois subtópicos: 1) “Pernambuco em alerta: estado lidera aumento de feminicídios no NE” e 2) “A importância dos dados”.

Além da história das vítimas contada no início, servindo para aproximar o leitor do caso, a repórter vem complementando tudo com dados, comprovando que essa situação não é atual e não é vivida apenas durante a pandemia. A fala da especialista, Edna Jatobá, cientista social e coordenadora executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), nos faz refletir sobre a importância desses dados para a criação de políticas públicas, mas infelizmente esses números ainda podem ser difíceis de ser encontrados, como mostra a repórter. Por outro lado, são os detalhes de raça e faixa etária, por exemplo, que facilitam ainda mais uma tomada de atitude correta por parte de organizações e governos.

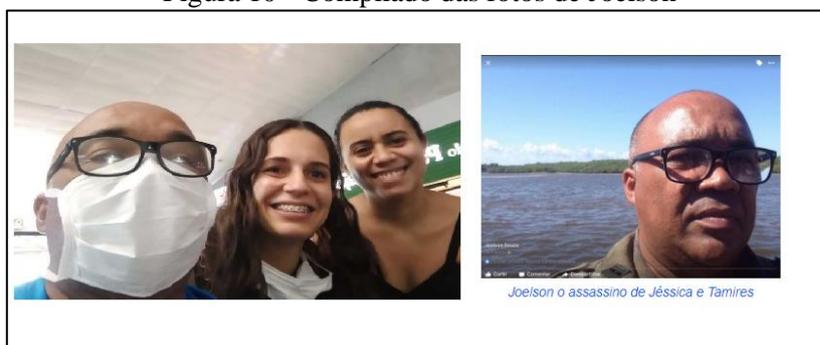
Os documentos utilizados para a reportagem foram: 1) A matéria “Uma mulher foi morta a cada oito horas” da própria série “Um vírus e duas guerras”; 2) Documento da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE); 3) Levantamento “Um vírus duas Guerras”; 4) Boletim mensal de Casos de Violência em Alagoas; 5) Sistema de Informação ao cidadão (SIC) da Paraíba; 6) Relatório “A dor e a luta das mulheres”, da Rede de Observatórios de Segurança - que carrega outros dados, com registros que mostram mais feminicídios do que os dados oficiais – sendo que este relatório traz incongruências, como explicado na reportagem.

Apesar de apresentar um caráter quantitativo nos levantamentos de dados muito mais marcante do que a narrativa em si, a autora não deixa de se preocupar com índices importantes para a humanização e para a busca mais efetiva de resolução do problema: a classe, a raça e o

grau de escolaridade das mulheres que são vítimas. Um outro recurso de humanização, além da história de Jéssica, é a tentativa de trazer a fala de Joyce, irmã dela, em formato de áudio.

Está presente a exposição de quem escreve sobre a falta de informações total ou parcial por parte de órgãos públicos, que deveriam se atentar a essa questão. E por fim, podemos citar as mídias usadas para complementar a matéria, sendo a imagem do assassino de Jéssica e Tamires (figura 10), como um recurso midiático de identificação. A matéria também foi construída com a preocupação de apresentar dados e de disponibilizá-los para que o leitor se interesse e se sensibilize com esses números. Houve uma tentativa de incorporar links de dois áudios da irmã da vítima, a partir da plataforma *Soundcloud*, entretanto eles estão indisponíveis no presente momento (figura 11).

Figura 10 - Compilado das fotos de Joelson



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

Figura 11 - Tentativa de incorporar os áudios da irmã de Jéssica na reportagem



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

Mais uma vez, por ser uma reportagem pautada em dados de quatro estados do Nordeste, a jornalista opta por trazer uma contextualização dos números, iniciando pela narrativa de um caso de feminicídio nos primeiros parágrafos, com informações relevantes acontecimento como mencionado por Luckman e Fonseca (2017). Percebe-se a preocupação de trazer uma voz real, da irmã da vítima, como recurso de humanização. A didática para melhor compreensão do texto

também é interessante, pois as imagens agregam informação sobre a vítima e o assassino, e os links são documentos informativos complementares, como cita Gascón (2010).

### 3.6 - REPORTAGEM 5: “MULHERES TRANS MORREM DE FORMA MAIS VIOLENTA E NORDESTE LIDERA CASOS”

A reportagem, também publicada pelo *Marco Zero*, levanta a preocupação sobre a vida de mulheres trans durante a pandemia, lembrando que o Brasil é o país que mais mata essas pessoas no mundo. A matéria traz detalhes de raça, de crueldade, do perfil das vítimas e se inicia com a fala de Fabianna Oliveira, estudante de psicologia e integrante da Amostrans-PE, contando que sentiu a necessidade de denunciar como forma de ampliar o olhar de outras pessoas, já que pessoas trans e travestis são mortas apenas por serem quem são.

Por se tratar de uma reportagem informativa, mesmo com o uso de números, percebe-se falta de dados concretos e oficiais. Entretanto, a escrita conta com esse dossiê criado pela própria população trans, que retrata a violência brutal contra essas mulheres, principalmente durante a pandemia. Trata-se, inclusive, de uma reclamação feita pelas fontes na reportagem.

Sayonara considera que os dados revelam um ódio duplo: de gênero e de raça. “Quem morre no Brasil é a mulher preta e a mulher trans. É a periférica, a profissional de sexo. São pessoas que não estão tendo acesso ao mínimo de cidadania. Quem é que chora pela morte dos corpos trans?”, questiona. (trecho extraído da reportagem)

A repórter faz o uso correto do pronome das fontes e personagens. Percebe-se a preocupação com a vida e com a memória das pessoas trans e travestis por parte de quem escreve. A abordagem é 100% voltada para esse grupo, algo que geralmente não acontece nos veículos de mídias tradicionais. E a repórter não deixa de assumir seu lado humano principalmente na hora de denunciar a falta de dados e políticas públicas para transexuais. Além disso, os recursos de fotos e o infográfico aproximam o leitor da história e revelam o sentimento de perda pela vida de mulheres tão jovens.

O que se enxerga a partir da escolha de fontes é a falta de visibilidade e interesse com a população trans. Enquanto mulheres trans e travestis são brutalmente assassinadas, nada é feito. A própria população tem que ir atrás de números, de conscientizar pessoas e de políticas públicas básicas. As falas e escolha de fontes trazem a atenção para isso.

Os recursos visuais utilizados foram: 1) Foto de capa da reportagem, que é uma imagem da jovem Keron Ravach, adolescente de 13 anos morta a pauladas e socos em Camocim - CE;

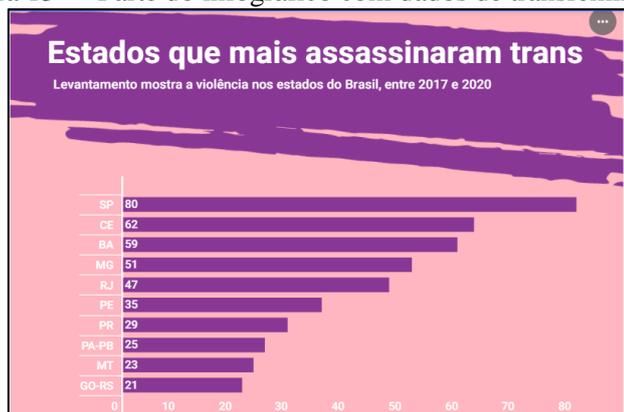
2) Links de outras matérias e mais dados, que são citados no decorrer desta reportagem, 3) Infográfico com o levantamento da violência à população trans e transfeminicídio entre 2017 e 2020, dividindo por estado, raça, tipos de assassinato e mais categorias. A foto da jovem Keron, na figura 12, nos aproxima da sua história, que é contada pela repórter. O link das matérias citadas e outros materiais são disponibilizados para que o leitor as verifique. E por fim, a reportagem fecha com um infográfico (figura 13) que reafirma, de forma rápida e fácil, os índices que os repórteres conseguiram coletar.

Figura 12 - Foto de Keron Ravach, adolescente 13 anos, morta a pauladas, vítima de transfeminicídio



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

Figura 13 - - Parte do infográfico com dados de transfeminicídio



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

A reportagem não se limita à uma tentativa de conseguir dados, mas traz também uma denúncia pela falta desses números contextualizadores, além do descaso com a comunidade de mulheres trans e travestis. Percebe-se, portanto, a busca jornalística por uma representação mais integral desse grupo, como ressalta Moraes (2019). A repórter não se coloca como heroína, mas dá voz às mulheres, humanizando o relato, como recomenda Medina (2008), tendo máximo de cuidado, como alerta Ijuim (2017), a fim de não reforçar estigmas.

O outro recurso essencial, para humanização e para o entendimento do porquê tratar esse tema, que por si só já tem tamanha relevância social, é contextualização da violência com dados. O infográfico apresentado é um recurso visual didático, que pode ser visto de forma ágil e de fácil entendimento, como bem explica Medeiros (2020).

### 3.7 - REPORTAGEM 6: “FEMINICÍDIOS SÃO NOTICIADOS SEM O TERMO “CRIME PASSIONAL” MAS COM AS MESMAS JUSTIFICATIVAS”

Essa sexta matéria foi elaborada para fazer uma crítica à própria mídia sobre a forma como é desenvolvida a cobertura do feminicídio e outras pautas femininas em veículos policiais e tradicionais. Dessa vez, o levantamento é composto por conteúdos publicados nos nove estados do Nordeste e noticiados de formas diferentes, dependendo da cor e classe das vítimas.

A jornalista responsável não se omite quanto à verdade sobre a conduta da imprensa nesses casos:

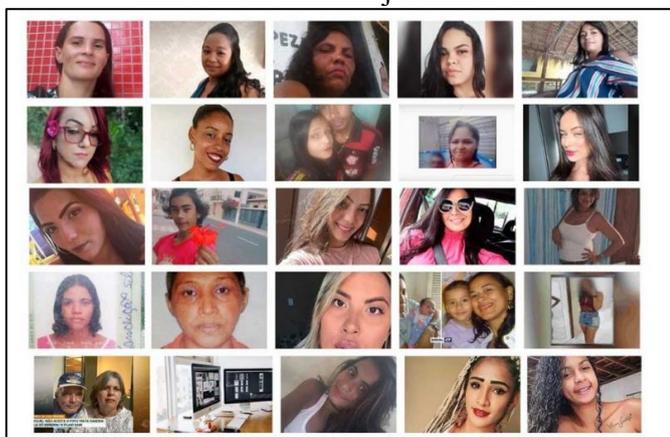
A conduta da imprensa é também reflexo de como os sites das polícias e das secretarias de segurança social se comportam. Na Paraíba, os sites oficiais não trazem os nomes dos suspeitos, alegando cumprimento da nova lei de abuso de autoridade, que entrou em vigor em janeiro de 2020. (trecho extraído da reportagem)

Faz-se uso de uma fonte especialista, Dália, pesquisadora da Rede de Observatórios da Segurança em Pernambuco e analista na plataforma Fogo Cruzado no mesmo estado, que complementa ainda sobre a violência de mulheres trans mesmo após a morte. E das fontes documentais, que são as matérias analisadas, bem como o relatório “Imprensa e Direitos das Mulheres: Papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual”, da Agência Patrícia Galvão. Este último revela, a partir da análise de 2481 matérias sobre assassinatos de mulheres, que apenas 6,25% dessas notícias trazem críticas a políticas públicas ou sistema de segurança/justiça/atenção.

Visualmente falando, a reportagem conta com a foto de capa, mostrada na Figura 14, que é um compilado de registros de mulheres vítimas de feminicídio e um gráfico em formato de linha do tempo, na Figura 15, com informações sobre as mulheres vítimas dessas 52 notícias citadas. A primeira imagem que compõe o gráfico é forte e leva à reflexão do leitor, antes de permitir conhecer os rostos ou a história das vítimas. Desta forma, essa matéria é muito mais uma análise crítica de outros materiais de feminicídio da região Nordeste, que demonstram, muitas vezes, falta de empatia e humanidade ao retratar o assunto. A preocupação com fontes

se torna menos necessária, já que o papel dessa reportagem é julgar os veículos de mídia e policiaescos da região por reforçar estigmas e invisibilizar o feminicídio como crime passional e suas vítimas.

Figura 14 - Foto de capa de reportagem “Femicídios são noticiados sem o termo “crime passional”, mas com as mesmas justificativas”



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

Figura 15 - Infográfico mulheres que não escaparam do feminicídio



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

É necessário que o próprio jornalista mergulhe nessa matéria, que é um alerta não apenas para a população que consome esse conteúdo desumano, mas também ao profissional. As matérias que noticiam o feminicídio como crime passional, muitas vezes trazem um discurso que discrimina e que leva o público a julgar as vítimas, como apresenta Ijuim (2012). O jornalismo que pauta críticas construtivas aos outros meios de comunicação trabalha em prol da população e do próprio jornalismo, fugindo do tradicional, e buscando recuperar a informação e a verdade factual, como aponta Amaral (2021). Enquanto os recursos visuais não

apenas despertam o interesse, mas contribuem para humanização das vítimas e para a contextualização da violência.

### 3.8 - REPORTAGEM 7: “AUMENTO DA COVID-19, FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL E MAIS ARMAS: RECEITA EXPLOSIVA PARA 2021”

A última reportagem da região Nordeste, publicada pelo *Marco Zero*, aponta para os problemas que o governo do presidente Jair Bolsonaro adiou para o ano de 2021, quando houve diminuição do auxílio num momento delicado para o país e quando continuou a apoiar a facilitação de armas na mão da população.

A matéria inicia com relatos de mulheres reais da comunidade de Santa Luzia de Pernambuco, que preferem não ser identificadas. Elas comentam a respeito das suas situações financeiras e ressaltam como o auxílio contribuiu para o seu sustento no momento da pandemia. Como voz principal, temos Elzanira Silva, que também faz parte da comunidade e diz o que vive e o que vê em seu entorno, percepção que pode ser bem próxima à de algumas pessoas, gerando possibilidade de identificação. A humanização é construída pela aproximação com as falas das mulheres. A repórter respeita a vontade daquelas que preferem não ser identificadas e destaca trechos com suas vivências.

Mulheres que são envolvidas com projetos de proteção e estudos sobre outras mulheres - como Verônica e Silvia, também alertam para a situação crítica dos programas do governo para ajuda de vítimas:

“O que a gente pode esperar de 2021 com um auxílio de valor baixo, arrocho fiscal e pandemia em alta é o aprofundamento da pobreza. A fome vai aumentar exponencialmente. E as mais atingidas continuarão sendo as mulheres”. (trecho extraído da reportagem)

As fontes documentais são complementares às falas das entrevistadas e ajudam a comprovar dados que seguem o caminho da reportagem. O texto começa falando sobre a pandemia, repassa informações do auxílio e termina com a notícia da aprovação do porte de armas. Não há muitos recursos visuais para a reportagem, a figura 16 mostra que há apenas imagens ilustrativas: 1) Foto de capa da reportagem, que mostra uma mulher recebendo uma quantidade de álcool em gel para as mãos; 2) Foto do arquivo pessoal, que pode ser da entrevistada, Elzanira da Silva e 3) Foto de Bolsonaro com políticos apoiadores para ilustrar a aprovação do decreto de posse, porte e comercialização de armas.

Figura 16 - Compilado das imagens reproduzidas na matéria “Aumento da Covid-19, fim do auxílio emergencial e mais armas: receita explosiva para 2021”



Fonte: Reprodução Marco Zero Conteúdo (<https://marcozero.org/>)

Por fim, ao analisar todas as reportagens publicadas percebemos que o foco é muito mais dado ao quantitativo, mas a série não perde em qualidade, já que é raro encontrar uma análise qualificada desses números na imprensa. As jornalistas buscam contextualizar os números com narrativas e histórias, como recomendam Sodré e Ferrari (1986). Por exemplo, quando os familiares ou pessoas dentro do contexto apresentado não falam, percebe-se a busca por especialistas, que completem lacunas e respondam questionamentos. As fontes documentais também agregam na qualidade e quantidade de informações. Os recursos visuais, ainda são mínimos, mas pode-se supor que um dos motivos seja a falta de recursos financeiros, já que esses veículos dependem de doações.

A colaboração entre os veículos de mídia responsáveis pela série “Um vírus e duas guerras” foi uma união fundamental para entender e divulgar os índices de violência durante a pandemia. Percebe-se também um distanciamento da objetividade dos meios tradicionais e aproximação da subjetividade defendida por Moraes (2021), além da fuga de temas comuns, com foco nos mesmos grupos de pessoas. As mídias independentes do Nordeste, *Eco Nordeste* e *Marco Zero Conteúdo*, se empenharam não apenas em trazer números e humanizar relatos, mas também em deixar claro que existe um problema acontecendo, e o Estado não tem conseguido mensurar ou resolver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta monografia, objetivou-se compreender mais sobre o jornalismo colaborativo independente da região Nordeste e também alguns elementos utilizados na produção: 1) Verificar como se constrói a humanização do tema e pluralidade por meio do uso de fontes e personagens utilizados; 2) Entender como é feita a contextualização da série de reportagens e 3) Perceber como os recursos audiovisuais são apresentados para que haja melhor absorção do assunto.

Para isso foi feita a análise qualitativa da série de reportagens sobre a violência de gênero no país, elaborada em conjunto por sete mídias independentes do Brasil - *AzMina*, *Amazônia Real*, *#Colabora*, *Eco Nordeste*, *Marco Zero Conteúdo*, *Ponte Jornalismo* e *Portal Catarinas*. O recorte foi justificado pelo regionalismo, assim as reportagens analisadas foram um total de sete, publicadas pelo *Eco Nordeste* e *Marco Zero*. Destas, observamos as seguintes características: Contextualização, humanização, pluralidade de fontes, crítica ao tradicional e nova abordagem e a utilização dos recursos visuais. A partir disso, foi feita a seguinte pergunta: quais elementos tornam a série em análise, “Um vírus e duas guerras”, mais humanizada, plural, contextualizada e de fácil compreensão para o leitor?

A reportagem permite um maior tempo de produção, com mais liberdade na narrativa, um mergulho na situação abordada e humanização. Em todos os exemplos analisados é possível verificar a contextualização do tema, já que as autoras mesclam entre dados, narrativas e fontes. É importante lembrar que a violência de gênero ainda é muito comum na sociedade, mas houve, sim, o agravamento durante o auge da pandemia de Covid-19 no país. A humanização está sempre presente, por mais que não haja um mergulho, um aprofundamento em diversas histórias. No contexto de determinadas matérias, as jornalistas lançam um olhar sensível, buscando lembrar das adversidades de mulheres diferentes: mulheres cis, mulheres transexuais, empregadas domésticas, mulheres negras e pardas, mulheres de diferentes classes sociais.

Em nenhum momento as responsáveis pelas reportagens tentam sair como heroínas, mas usam de relatos e das histórias para nos fazer enxergar além dos números, evitando o julgamento e a afirmação de estigmas, e sempre se colocando no lugar do outro, assim como indica Ijuim (2012). Outra constatação é de que, apesar de cercar-se de fontes documentais, as fontes especialistas também são ouvidas. Elas, inclusive, contribuem para o entendimento e contextualização da violência nos estados do Nordeste. Mas não há uma pluralidade de vozes extensa, principalmente quando falamos de personagens. As jornalistas estão “ao lado” das

vítimas, defendendo-as, denunciando casos e o comportamento da própria mídia, e escolhendo vozes que defendam os direitos das mulheres ou que contribuam com o debate de alguma forma. Assim, a existência do jornalista não se anula, como já é comum da mídia independente, como haviam colocado Filho e Bastos (2021).

Os recursos visuais também estão presentes. Ora para complementar uma informação ou para contextualizar algo sobre as vítimas ou o assassino, ora em forma de infográfico para fazer com que o entendimento dos muitos números aconteça de maneira fácil, como ressalta Gascon (2010). As críticas feitas nas reportagens são muito mais direcionadas ao Estado do que às mídias tradicionais, entretanto uma das matérias é focada apenas em mostrar a falta de humanidade e a omissão do feminicídio, quando a mídia nordestina tradicional ou policialesca pauta o crime de gênero como crime passionai.

Compreendemos a necessidade de prosseguir com o agrupamento de mídias para conhecer não apenas os números de violência, mas outros problemas da região Nordeste e do Brasil, conscientizando a população e ajudando a pressionar os poderes públicos em busca de políticas públicas que melhorem o tempo e a qualidade de vida de todos. É importante lembrar que existem também desafios impostos pelo distanciamento e pela pandemia na elaboração de uma série de reportagem tão extensa como essa. Os contatos feitos por email ou outros meios dentro da internet, seja com as vítimas, ou com as fontes oficiais, distanciam o repórter da realidade profunda de cada pessoa, o afasta da vivência diária do personagem e de detalhes que enriquecem a narrativa.

Por fim, nos lembraremos daquelas missões já citadas na presente monografia, sobre cada veículo, mas dessa vez focando apenas nos dois do Nordeste. O *Marco Zero Conteúdo* seguiu aquilo que diz sobre si, quando afirma que aposta em matérias investigativas, de interesse público. A partir das reportagens analisadas, não percebemos tanta profundidade como promete sua missão, mas é compreensível, já que o objetivo da série “Um Vírus e Duas Guerras” não é a profundidade e, sim, a denúncia mais direta.

Enquanto isso, a *Agência Eco Nordeste* - único veículo que ainda não está presente no Mapa de Jornalismo Independente - se introduz como uma mídia de conteúdo sustentável e ambiental, mas não cumpre com essa proposta, até mesmo pelo tipo das reportagens trabalhadas aqui. Entretanto, segue sendo uma iniciativa independente, colaborativa e que apresenta desafios.

Para os futuros trabalhos nessa área, cabe estender a análise de reportagens colaborativas e independentes, comparar com abordagens tradicionais de mesmo tema e de assuntos

diferentes. Uma outra proposta é entrevistar os jornalistas que estão à frente da produção de matérias humanizadas, para entender mais dos processos de produção por trás da reportagem e compreender os desafios que esses repórteres enfrentam para se sustentar e para ir a campo entregando matérias que fujam da realidade da grande mídia.

## REFERENCIAIS

AMARAL, Marina. **Não mintam para nós**: público se une a jornalistas em busca da verdade. In: **Tempestade perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, J.; COSTA, F. **Mídia independente**: atuação e desafios de sobrevivência na cobertura de manifestações no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO, VII, 2018, Niterói. Anais VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018, p. 288-297. Disponível em: <http://www.ppgmídiaecotidiano.uff.br/site/wp-content/uploads/2018/10/Artigos-Completo-GT2-Anais-PPGMC-2018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BENTES, I. **Economia narrativa**: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 151-169. Disponível em: <https://interfacesdomidiativismo.files.wordpress.com/2018/06/artigo-8.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

BERTIN, C. E.; SOUZA, T. A. DE. **Grande mídia versus mídia alternativa**: uma análise da qualidade das publicações em cibermeios a partir da cobertura da greve geral de 28 de abril. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, v. 21, n. 21, p. 99–112, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/9331/685>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRONOSKY, M. E.; SANTOS, L. J. DOS. **A problemática da crítica no jornalismo independente**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 1, p. 145–156, 2019. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/2867>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CANAVILHAS, J.; BACCIN, A. **Contextualização de reportagens hipermídia**: narrativa e imersão. Brazilian Journalism Research, v. 11, n. 1, p.10-27, 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/716>. Acesso em: 22 out. 2022.

CARVALHO, C. A.; LEAL, B. S.; JÁCOME, P. P. **Contextualização e complexidades temporais**: um exercício a partir da narrativa jornalística. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 44, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3573>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CARVALHO, G.; BRONOSKY, M. E. **Jornalismo alternativo no Brasil**: do impresso ao digital. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, v. 4, n. 1, p. 21–29, 2017. <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COSTA, Caio Túlio. **Politização, polarização e o futuro do jornalismo profissional**. In: **Tempestade perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021

CRISPIM, Maristela. **As vidas além dos números do feminicídio no Nordeste durante a pandemia.** Agência Eco Nordeste. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/as-vidas-alem-dos-numeros-do-femicidio-no-nordeste-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 11 out. 2021.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.** São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/atlas-2020/> . Acesso em: 12 out. 2021.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.** São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> . Acesso em: 12 out. 2021.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/) . Acesso em: 10 dez. 2022

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório Comissão Nacional da Verdade.** [s. l.]: FENAJ, 2015. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

FILHO, A. V. C.; BASTOS, J. S. **A mídia independente pós junho 2013:** a comunicação alternativa da Ponte Jornalismo e dos Jornalistas Livres. *Lumina, [S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 175–190, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/30910>. Acesso em: 2 nov. 2021.

FILHO, F. F. P.; MOLIANI, J. A.; FIGARO, R. **Narratividade e autoria na pesquisa em comunicação alternativa no Brasil.** *MATRIZES, [S. l.]*, v. 12, n. 3, p. 143-163, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/140618>. Acesso em: 3 abr. 2022.

FIGARO, R. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional.** *Brazilian Journalism Research, [S. l.]*, v. 14, n.2, p. 570-591, 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1052>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FIGARO, R.; NONATO, C.; KINOSHITA, J. **Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia:** métodos e análises iniciais. *In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40, 2017. Anais Intercom. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0420-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FOLHA, de S. Paulo. **Manual da redação da Folha.** 22. Ed. São Paulo: Publifolha, 2021.

FREITAS, Carla Miranda B. de. **A colaboração no jornalismo:** do Arizona Project aos Panama Papers. 2016. 176. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GASCÓN, J. F. F. **Impacto visual na imprensa digital**: uma pesquisa espanhola empírica. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 2, 120–137. 2010 <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n2.2010.28>. Acesso em: 02 dez. 2022.

GOSCH, Raísa Moreira. **O conceito de jornalismo independente no contexto dos nativos digitais brasileiros**. 2021. 88 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223837>. Acesso em: 10 mar. 2022.

IJUIM, J. K. **Humanização e desumanização no jornalismo**: algumas saídas. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290>. Acesso em: 27 out. 2022.

IJUIM, J. K. **Por que humanizar o jornalismo (?)**. *Revista Verso e Reverso*, Florianópolis, v.31, n. 78, p. 235-243, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07>. Acesso em: 02 out. 2022.

IJUIM, J. K.; VALENTINI, G. G. **Interrogações sobre humanidade e seus reflexos**. *Eccom, [S. l.]*, v.12, n. 23, p.410-421, 2021. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/1307>. Acesso em: 02 out. 2022.

JENKINS, Henry. **A cultura da convergência**. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Joy; GRAVES, Lucas. **Case Studies in Collaborative Local Journalism**. [S. l]: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/case-studies-collaborative-local-journalism>. Acesso em: 01 set. 2022.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LUCKMAN, A. P.; FONSECA, V. P. S. **Contexto e contextualização no Jornalismo**: uma proposta conceitual. *Estudos em jornalismo e mídia. [S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 162-174, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p162/35866>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MEDEIROS, Y. **Um método de leitura para o jornalismo visual na grande reportagem**. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 18, 2020, [S. l]: Anais SBPJor, 2020.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

MEDINA, C. **Jornalismo e o signo da relação: a magia do cinema na roda do tempo**. *Líbero. [S. l.]*, n. 19, p. 17-25, jun. 2007. Disponível em:

<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/664/632>. Acesso em: 03 out. 2022.

MEMÓRIAS da ditadura. **Imprensa alternativa**, [S. d]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MIGUEL, K.; SANTOS, L. A. dos. **Quando o jornalismo encontra o feminismo**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicacion, [S. l], v.21, n. 39, p.171-183, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/806>. Acesso em: 14 dez. 2022

MORAES, F. **Jornalismo, ativismo e sensibilidade hacker**: ALCEU, v. 21, n. 44, p. 115–131, 2021. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/244>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MORAES, F. **Ativismo, isenção e subjetividade**: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17, 2019. Anais... Goiânia: SBPJor, 2019a.

MORAES, F. **Subjetividade**: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>. Acesso em: 15 set. 2022

NASCIMENTO, Luciano. **Fenaj recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura**. Agência Brasil, Brasília, 06 nov. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, L.; FERREIRA, S. **Jornalismo independente no Brasil**: mídia independente x mídia tradicional. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, IX, 2016, São Paulo. Anais IX Simpósio Nacional ABCiber. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica São Paulo, 2016. p.1-16. Disponível em: [https://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/jornalismo\\_independente\\_no\\_brasil\\_midia\\_independente\\_x\\_midia\\_tradicional\\_liliane\\_oliveira.pdf](https://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/jornalismo_independente_no_brasil_midia_independente_x_midia_tradicional_liliane_oliveira.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

PATRÍCIO, E.; BATISTA, R. **Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 217-231, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153326> Acesso em: 07 mar.. 2022.

PIMENTEL, Adriana. **Órfãos do feminicídio**: as dores dos filhos das vítimas. Agência Eco Nordeste. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/orfaos-do-femicidio-as-dores-dos-filhos-das-vitimas/>. Acesso em: 11 out. 2021.

ROSAS, J. de A. **Mídia Ninja, mídia tradicional e accountability**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 121-131, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/EPX14-PM7> Acesso em: 05 mar. 2022.

SANTOS, Maria Carolina. **Aumento da Covid-19, fim do auxílio emergencial e mais armas: receita explosiva para 2021**. Marco Zero Conteúdo. 08 mar. 2021. Disponível em:

<https://marcozero.org/aumento-da-covid-19-fim-do-auxilio-e-mais-armas-receita-explosiva-para-2021/>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, Maria Carolina. **Feminicídios são noticiados sem o termo “crime passional” mas com as mesmas justificativas**. Marco Zero Conteúdo. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/feminicidios-sao-noticiados-sem-o-termo-crime-passional-mas-com-as-mesmas-justificativas/>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, Maria Carolina. Mulheres trans morrem de forma mais violenta e Nordeste lidera casos. **Marco Zero Conteúdo**. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/mulheres-trans-morrem-de-forma-mais-violenta-e-nordeste-lidera-casos/>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, Maria Carolina. **Novas vítimas, velhos problemas: até quando as mulheres vão morrer apenas por sua condição de gênero?**. Marco Zero Conteúdo. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/novas-vitimas-velhos-problemas-ate-quando-as-mulheres-vaio-morrer-apenas-por-sua-condicao-de-genero/>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, Yara Medeiros dos. **Jornalismo visual nas narrativas da grande reportagem brasileira**. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SERAFIM, Rose. **Empregadas domésticas podem recorrer à Lei Maria da Penha por violência de gênero**. Agência Eco Nordeste. 08 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/empregadas-domesticas-podem-recorrer-a-lei-maria-da-penha-por-violencia-de-genero/>. Acesso em: 11 out. 2021.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, V. **Quem é que vai pagar por isso?** Um olhar sobre os modelos de negócio no Jornalismo em mídias digitais. Revista Alterjor, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 81-95, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/134479> Acesso em: 14 mar. 2022.

STONBELY, Sarah. **Comparing Models of Collaborative Journalism**. Montclair, EUA: Center for Cooperative Media, 2017. Disponível em: <https://collaborativejournalism.org/models/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

THURLER, A. L. **Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres**. Revista Observatório, v. 3, n. 6, p. 465-496, 1 out. 2017.

VASCONCELOS, F. **Anatomia da reportagem: como investigar empresas, governos e tribunais**. São Paulo: Publifolha, 2008.

VOLT data lab. **A conta dos passaralhos**. [S. d.]. Disponível em: <https://passaralhos.voltdata.info/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

ZANOTTI, C. A. **Jornalismo colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade**. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, v. 5, n. 1, p. 28–41, 2010. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/352>. Acesso em: 29 ago. 2022.